



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

2021

PARANAÍBA/MS

- Reformulado pela Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 333, de 5 de outubro de 2021.

SUMÁRIO

1. CAPA	1
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	2
3. COMISSÃO	2
4. INTRODUÇÃO	4
5. CONCEPÇÃO DE CURSO	7
5.1 Princípios norteadores	8
5.2 Objetivos	9
5.3 Perfil profissiográfico	10
5.4 Competências e Habilidades	11
5.5 Avaliação do ensino e da aprendizagem	15
5.6 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso e do Curso	15
5.7 Integração entre teoria e prática	16
5.7.1 Prática como Componente Curricular (PCC)	18
5.8 Inclusão, diversidade e formação acadêmica	19
5.9 Diretrizes Curriculares Especiais	24
6. RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INTEGRAÇÃO COM A PÓS-GRADUAÇÃO	25
6.1 A extensão como componente curricular do curso	26
7. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO	28
7.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	29
7.2 Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório	31
8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	32
9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)	33
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E RESUMO GERAL DA MATRIZ CURRICULAR	34
11. PLANO DE IMPLANTAÇÃO E ADEQUAÇÕES CURRICULARES	40
12. EMENTÁRIO, OBJETIVOS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
13. REFERÊNCIAS CONSULTADAS E CITADAS PARA A ELABORAÇÃO DO PPCG	75
13.1 Legislação Geral	75
13.2 Criação, Credenciamento, Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMS	75
13.3 Legislação Federal sobre os cursos de Graduação, Licenciatura	75
13.4 Atos legais inerentes aos Cursos de Graduação da UEMS	76
14. REFERÊNCIAS	78

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Curso: Pedagogia.

2.2 Modalidade: Licenciatura.

2.3 Referência: Reformulação do Projeto Pedagógico, aprovado pela Deliberação CE/CEPE n. 233, de 17 de outubro de 2013 e homologada pela Resolução CEPE-UEMS n 1.396, de 21 de maio de 2014, com vistas à adequação à legislação vigente.

2.4 Habilitação: Licenciado em Pedagogia.

2.5 Turno de Funcionamento: Segunda a Sexta: Noturno e Sábado: matutino/vespertino.

As atividades de Prática como Componente Curricular e Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório serão realizadas nos horários de funcionamento das instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental (primeiros anos) além de outras instituições afins.

2.6 Local de Oferta: Unidade Universitária de Paranaíba.

2.7 Número de Vagas: 40 vagas anualmente.

2.8 Regime de Oferta: Presencial.

2.9 Forma de organização: Seriado Anual.

2.10 Período de Integralização: máximo de 07 anos.

2.11 Total da Carga Horária: 3.901 horas

2.12 Tipo de Ingresso: Processo Seletivo vigente na UEMS.

3 COMISSÃO

A reformulação do Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da Unidade Universitária de Paranaíba foi coordenada pelo Comitê Docente Estruturante do Curso (CDE), constituído pela Portaria PROE-UEMS nº. 029, de 20 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial nº 9.395, de 25 de abril de 2017; pelo CDE constituído pela Portaria PROE-UEMS nº. 062, de 22 de abril de 2019 e pelo CDE constituído pela Portaria PROE-UEMS nº. 059, de 22 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial nº 10.483, de 26 de abril de 2021.

Comitê Docente Estruturante de 2017

Profa. Dra. Lucélia Tavares Guimarães – Presidente

Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz

Profa. Dra. Estela Natalina Mantovani Bertolotti

Prof. Dr. Lucilo Antônio Rodrigues

Profa. Dra. Maria Silvia Rosa Santana

Profa. Dra. Milka Helena Carrilho Slavez

Profa. Dra. Raquel Rosan Christino Gitahy

Colaboradora: discente: Jaqueline Soares Calado

Comitê Docente Estruturante de 2019

Profa. Dra. Lucélia Tavares Guimarães - Presidente de 23 de abril de 2019 a 22 de setembro de 2020, conforme Portaria PROE-UEMS nº. 062, de 22 de abril de 2019 e Portaria PROE-UEMS nº. 123, de 23 de setembro de 2020.

Profa. Dra. Daniele Ramos de Oliveira – Presidente do Comitê Docente Estruturante a partir de 23 de setembro de 2020, conforme Portaria PROE-UEMS nº. 123, de 23 de setembro de 2020.

Profa. Dra. Estela Natalina Mantovani Bertolotti

Profa. Dra. Maria Silvia Rosa Santana

Profa. Dra. Milka Helena Carrilho Slavez

Profa. Dra. Raquel Rosan Christino Gitahy

Prof. Dr. Reginaldo Peixoto

Comitê Docente Estruturante de 2021

Profa. Dra. Daniele Ramos de Oliveira - Presidente

Profa. Dra. Lucélia Tavares Guimarães

Profa. Dra. Estela Natalina Mantovani Bertolotti

Prof. Dr. Fábio Luciano Oliveira Costa

Profa. Dra. Maria Silvia Rosa Santana

Profa. Dra. Milka Helena Carrilho Slavez

Profa. Dra. Raquel Rosan Christino Gitahy

4 INTRODUÇÃO

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede na cidade de Dourados, foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada em 1989, conforme disposto no Art. 48, Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias¹. É uma instituição de natureza fundacional pública, mantida pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, com autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e patrimonial, nos termos das legislações em vigor, e rege-se por seu Estatuto, oficializado por meio do Decreto Estadual nº 9.337, de 14 de janeiro de 1999 (UEMS, 2013).

A instituição, que nasceu pautada na interiorização da educação superior, assumiu o compromisso de suprir a necessidade de formação dos profissionais da Educação Básica, habilitando regionalmente professores para a atuação nas áreas de conhecimento com maior carência. (UEMS, 2013).

No Brasil, o curso de Pedagogia foi regulamentado pela primeira vez nos termos do Decreto-lei nº 1.190/1939, sendo definido como lugar de formação de “técnicos em educação”, pois a ênfase de sua ação no sistema escolar brasileiro relacionava-se às questões normativas e técnicas. (BRASIL, 2005). O curso era destinado, à época, a professores primários que realizavam estudos superiores em Pedagogia para, mediante concurso, assumirem funções de administração, planejamento de currículos, orientação a professores, inspeção de escolas, avaliação do desempenho dos(as) estudantes e dos(as) docentes, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da educação, tanto no Ministério da Educação, quanto nas secretarias dos estados e dos municípios.

Sua padronização ocorrida em 1939 é decorrente da concepção normativa da época, que alinhava todas as licenciaturas ao denominado “esquema 3 + 1”, ou seja, recebia o grau de bacharel quem cursasse três anos de estudos em conteúdos específicos da área, quais sejam, fundamentos e teorias educacionais, e o grau de licenciado, que permitia atuar como professor, quem, tendo concluído o bacharelado, cursasse mais um ano de estudos dedicado à Didática e à Prática de Ensino, dissociando a Pedagogia do conteúdo de Didática. Os licenciados podiam, ainda, lecionar Matemática, História, Geografia e Estudos Sociais no primeiro ciclo do denominado Ensino Secundário (BRASIL, 2005).

O advento da Lei nº 4.024/1961 e a regulamentação contida nos Pareceres CFE nº 251/1962 e CFE nº 252/1962 não alterou o “esquema 3 + 1” do curso de Pedagogia. Em 1961, fixou-se o currículo mínimo do curso de bacharelado, visando a manter uma unidade de conteúdo, aplicável como critério para transferências de estudantes, em todo o território nacional; e em 1962, por meio

¹ Embora sua criação tenha sido preconizada com a Constituição Estadual de 1979 e mantida com o advento da Constituição Estadual de 1989, a Universidade Estadual foi instituída, sob a forma de Fundação, somente em 1993, por meio da Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993 e do Decreto Estadual nº 7.585, de 22 de dezembro de 1993.

do Parecer n.º 292/1962, previu-se o estudo de três disciplinas para a licenciatura: Psicologia da Educação, Elementos de Administração Escolar, Didática e Prática de Ensino, esta última sob a forma de Estágio Curricular Supervisionado. (BRASIL, 2005).

A Lei da Reforma Universitária n.º 5.540/1968 facultava à graduação em Pedagogia a oferta de habilitações: Supervisão, Orientação, Administração e Inspeção Educacional, assim como outras especialidades consideradas necessárias ao desenvolvimento nacional e às peculiaridades do mercado de trabalho. Em 1969, o Parecer CEF n.º 292/1969 e a Resolução CFE n.º 2 dispunham sobre a organização e o funcionamento do curso de Pedagogia, abolindo a distinção entre bacharelado e licenciatura, porém mantendo a formação de especialistas nas várias habilitações. (BRASIL, 2005).

Atentas às exigências do momento histórico, no início da década de 1980, várias universidades efetuaram reformas curriculares, de modo a formar, no curso de Pedagogia, professores para atuarem na Educação Pré-escolar e nas séries iniciais do então ensino de 1º Grau.

Os cursos de Pedagogia em desenvolvimento no país, desde os anos de 1980, configuram-se, principalmente, em duas grandes tendências: a) a formação de licenciados especialistas com as características do Parecer n.º 252/1969 do antigo CFE; e, b) a formação de licenciados para a docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil.

No limiar da década de 1990, várias Instituições de Ensino Superior reformularam seus cursos de Pedagogia para atender às determinações legais e às exigências do momento histórico, assumindo a função de formação de professores para a Educação Infantil e/ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e não mais a formação de Especialistas em Educação. Por conseguinte, ampliaram-se disciplinas e atividades curriculares dirigidas à docência para crianças de 0 a 10 anos e enfatizou-se a realidade brasileira em que se encontravam essas crianças, reconhecendo-se a formação dos profissionais da educação, no curso de Pedagogia, como um dos requisitos para o desenvolvimento da Educação Básica no país. Nesse período, foi instituída a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e, em seu bojo, o curso de Pedagogia, conforme destacado.

A partir de 1997, a carga horária das disciplinas de todos os cursos da UEMS passou a ser operacionalizada no Módulo 34, conforme Resolução CEPE n.º 63 de 12/03/97. Com a política de rotatividade dos cursos da UEMS, em 1998, o curso de Pedagogia, pela solicitação e demanda da comunidade educacional de Maracaju, passou a ser ofertado naquele município, com a mesma configuração do Projeto Pedagógico de Ivinhema. E, ainda, com essa mesma configuração de projeto, o curso passou a ser ofertado na Unidade de Paranaíba, a partir de 2003, conforme a demanda e vocação da região do bolsão sul-mato-grossense, da qual Paranaíba faz parte.

O Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia sempre foi alvo de constantes debates em todo o Brasil, havendo consenso sobre a necessidade de sua reformulação também no âmbito da UEMS. Em 2004, de acordo com as discussões em torno do processo de melhoria da qualidade do curso e, conseqüentemente, do Projeto Pedagógico do curso então vigente na Unidade Universitária de

Paranaíba, alguns pontos foram considerados frágeis e foram reformulados em um novo Projeto Pedagógico, implantado em 2005.

Em 2006, com a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, os professores do curso de Pedagogia, da Unidade Universitária de Paranaíba, iniciaram nova discussão sobre o curso, relativa especialmente à necessidade de respeito às peculiaridades locais, obedecendo ao contido na Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006, e buscaram detectar pontos considerados frágeis, elaborando Projeto Pedagógico próprio.

A partir de 2012, buscando o aprimoramento da formação oferecida aos(as) estudantes, especialmente frente à demanda advinda da adesão da UEMS ao Sistema de Seleção Unificada/MEC (SISU) e às novas propostas para o desenvolvimento dos estágios supervisionados, outras adequações se tornaram necessárias, deflagrando um processo de discussão e reelaboração.

Em 2016, após a instituição da Resolução CNE/CP n.º 02, de 01 de julho de 2015, que define as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, o Comitê Docente Estruturante (CDE) do Curso da Unidade Universitária de Paranaíba iniciou nova discussão sobre a Reformulação Curricular do Projeto Pedagógico do Curso, a partir dos seguintes eixos de trabalho: Linguagem, Diversidade, Fundamentos, Pesquisa, Didática, Metodologias e Estágio, nos quais todos os professores do curso foram organizados. Essa prática teve por objetivo estabelecer uma dinâmica articulada e participativa entre o CDE e o Colegiado de Curso, o que culminou em uma versão final do Projeto Pedagógico encaminhada para análise do Núcleo de Ciências Humanas (NUCH), em 2017. Neste momento, o Projeto Pedagógico do curso também foi alinhado às recomendações feitas pela Comissão de Reconhecimento do curso, que o reconheceu e sugeriu adequações. Na análise da versão encaminhada em 2017, o NUCH solicitou alguns ajustes e correções. O CDE trabalhou no sentido de atender ao solicitado e enviou outra versão no final do ano de 2019. Entretanto, com a aprovação da Resolução CNE/CP n.º 2, em 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), o NUCH orientou sobre a necessidade de nova atualização. Assim, em 2020, no contexto da pandemia do Coronavírus, fator que dificultou as condições de trabalho docente e impactou o processo de discussão do Projeto Pedagógico, o CDE trabalhou no sentido de compreender essa nova normativa e iniciou um debate entre seus membros e junto a representantes dos demais cursos de Pedagogia e de Licenciatura da UEMS sobre a necessidade de uma discussão a respeito dos fundamentos dessa resolução e seus significados².

² Esse movimento deu origem, em 2021, a uma comissão constituída para criação do regulamento para o estabelecimento de um Fórum das Licenciaturas na UEMS, conforme estabelecido pela Portaria UEMS-PROE n.º 011, de 19 de fevereiro de 2021.

Em 2021, o Projeto Pedagógico do Curso foi objeto de novas reformulações para atendimento à Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019 e a Resolução CEPE-UEMS n.º 2.204, de 4 de dezembro de 2020, que aprova o Regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. A partir disso, foram reestabelecidas discussões no âmbito do CDE e do Colegiado de Curso para elaboração das modificações necessárias, o que resultou neste documento.

5 CONCEPÇÃO DE CURSO

Este Projeto Pedagógico foi constituído com o objetivo de atender aos princípios de uma formação pautada nos direitos humanos, na diversidade e na inclusão, proporcionando a constituição de um perfil profissional que possibilite o desenvolvimento humano e impacte positivamente na prática dos futuros professores que se encontram em formação, dando-lhes condições de garantir o desenvolvimento de competências necessárias para uma práxis transformadora, de modo que possibilite a aprendizagem dos estudantes, ou seja, que vise seu pleno desenvolvimento e seu preparo para o exercício da cidadania conforme consta no art. 205 da Constituição Federal de 1988.

Podemos refletir sobre direitos humanos, cidadania e democracia, a partir de Paulo Freire (2004, p.17), que indica a necessidade de se estabelecer um “diálogo” com os “[...] esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.” Neste sentido, torna-se emergencial olhar os cidadãos que, como minorias, têm fragilizados os seus Direitos Humanos. Aprofundar a compreensão do impacto que tais questões geram na vida dos indivíduos e na sociedade requer discutir a complexidade das desigualdades sociais, econômicas e culturais, provocadas pela discrepância existente entre sujeitos advindos e pertencentes a classes sociais distintas e com realidades estratificadas socialmente.

Este Projeto Pedagógico vincula-se, portanto, a princípios constitucionais e legais e a necessidades e interesses locais, buscando adequar-se às exigências do momento histórico atual, no qual, com a ampliação do acesso à escola, cresceram as exigências de qualificação docente para orientação da aprendizagem de crianças de camadas populares, que trazem para a escola visões de mundo diversas e perspectivas de cidadania muito mais variadas. Além disso, o avanço do conhecimento e da tecnologia na área, as demandas de democratização e de exigências de qualidade social da educação nos diferentes segmentos da sociedade brasileira trouxeram também novas necessidades de educação, com vistas à inclusão plena dos segmentos historicamente excluídos dos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos.

5.1 Princípios norteadores

Em consonância ao que estabelece a Resolução CNE/CP nº. 02, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019) e a concepção do curso, este Projeto Pedagógico está pautado nos seguintes princípios norteadores para a formação de professores:

- atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, com a compreensão da escola como uma organização complexa que tem função social e formativa de promover, com equidade, educação para e na cidadania;
- coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, com o reconhecimento de que essa formação exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática;
- compreensão da aprendizagem como um processo de apropriação de conhecimentos, habilidades e valores, em interação com a realidade, e como um direito dos(as) estudantes;
- abordagem dos conteúdos como meio e suporte para o desenvolvimento de competências, com o sentido de possibilitar conhecimentos, habilidades, valores e atitudes indispensáveis para o bom desempenho no curso e para o futuro exercício da profissão em seus diversos campos de atuação;
- utilização da avaliação diagnóstica como parte integrante do processo de formação, propiciadora da mudança de percurso eventualmente necessária para o processo de apropriação e produção do conhecimento;
- identificação da pesquisa como meio para reflexão e ação necessárias, como processo educativo e como fio condutor e elemento aglutinador dos demais componentes curriculares, constituindo-se na elaboração pessoal de cada estudante, articuladora de teoria e prática;
- envolvimento constante do(a) estudante em formação com o processo de produção e socialização do conhecimento, norteando a estrutura curricular e fortalecendo a responsabilidade, o protagonismo e a autonomia dos licenciandos com o seu próprio desenvolvimento profissional;
- engajamento do(a) estudante com a prática pedagógica, desde o início do curso, considerando para tanto a integração entre a teoria e a prática;
- estágio considerado como um momento da formação planejado e acompanhado pela equipe docente do curso, sob a mentoria de profissionais da educação experientes do campo de estágio, com enfoque em aprendizagens oportunizadas a partir da permanência do(a) estudante em locais onde ocorra a educação de modo intencional, com reconhecimento das instituições de educação básica como parceiras imprescindíveis, em especial, as das redes públicas de ensino;
- entendimento do conhecimento como um produto de construção sócio-histórica do ser humano, que em suas interações constrói e reconstrói, conforme suas necessidades;
- compreensão da diversidade cultural, formadora da sociedade brasileira, o que abrange a adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes;
- compreensão e valorização da pluralidade das etnias existentes e de suas contribuições, como modos de organização de vida, valores e crenças, para constituição da nacionalidade brasileira;

- compreensão da interdisciplinaridade como elemento necessário de caráter vinculado ao conhecimento das diversas áreas;
- reconhecimento da diversidade, respeito às diferenças, visando à efetividade da educação como um direito humano e de qualidade social.

Os princípios norteadores destacados, atrelados ao planejamento e à execução das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão de maneira indissociável, elaborados para o curso de Pedagogia, orientam a formação acadêmica e técnica do futuro profissional, tendo-se em conta as considerações expostas, relativamente à realidade socioeconômica brasileira e peculiaridade regional, bem como a missão da instituição. Destaca-se que os docentes³ farão reuniões pedagógicas para a discussão de como tais princípios estão se efetivando no decorrer do andamento do presente projeto.

5.2 Objetivos

Objetivo geral:

- formar educadores para a docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na área de serviços, gestão e apoio escolar, e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, como agentes críticos, éticos e comprometidos politicamente com a construção de uma sociedade justa, inclusiva, equânime e igualitária.

Objetivos específicos:

- possibilitar a compreensão dos processos de implantação e implementação de políticas educativas em âmbito nacional e internacional;
- analisar e atuar frente às políticas educacionais e a alguns fenômenos educativos, a partir do reconhecimento e do respeito à diversidade e à diferença, dentre elas: de gênero, étnico-raciais e econômica, geracionais, de classes sociais, religiosas, de pessoas com deficiência, de diversidade sexual, entre outras;
- planejar, executar, coordenar, acompanhar e avaliar tarefas próprias do setor da educação;
- planejar, executar, coordenar, acompanhar e avaliar projetos e experiências educativas não-escolares;
- produzir e difundir conhecimentos científico-tecnológicos do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares;

³ Docentes que atuarão no curso de Pedagogia da UEMS deverão apresentar características compatíveis à proposta do curso, que é a base para a docência. Para atuar nas disciplinas de Fundamentos e Metodologias Específicas (Alfabetização, Língua Portuguesa, Artes, Movimento, Ciências da Natureza, Matemática, História e Geografia) o(a) profissional deverá ser licenciado(a) na área específica da disciplina e/ou licenciado(a) em Pedagogia. O(a) profissional que atuará nas disciplinas de “Leitura e Produção de Texto I”, “Leitura e Produção de Texto II” e “Linguagem e Literatura Infantil” deverá ser licenciado(a) em Letras. Para atuar na disciplina de Libras, o(a) profissional deverá ter um curso de licenciatura, com capacitação específica em Libras." Para as disciplinas de Fundamentos, o(a) docente deve ser licenciado na área específica e/ou licenciado(a) em Pedagogia.

- promover a apropriação de conhecimento que permita o entendimento do contexto histórico, cultural e científico da sociedade, respeitando a dinamicidade e totalidade das relações de forma interdisciplinar;
- discutir contribuições teóricas e metodológicas e suas possíveis implicações no cotidiano escolar e no processo de escolarização;
- assegurar o domínio dos fundamentos e da metodologia específica à área de conhecimento, vinculando teoria e prática;
- conceber a inclusão como um princípio do trabalho educativo, em direção a uma práxis transformadora que possibilite a construção do conhecimento e a participação do(a) estudante com necessidades educacionais especiais na escola e na sociedade;
- desenvolver capacidades de ler, analisar e avaliar textos teóricos; estruturar logicamente o pensamento, a crítica, a expressão e a defesa de ideias próprias;
- problematizar o uso dos instrumentos tecnológicos como recurso de comunicação e informação na educação;
- avaliar currículos e programas de ensino da Educação Infantil e dos Anos iniciais do Ensino Fundamental, correlacionando-os com o contexto histórico e sociocultural;
- assumir identidade profissional de educador, com competência, responsabilidade e ética;
- adquirir conhecimentos básicos sobre a estrutura organizacional da escola e demais espaços educativos.

5.3 Perfil profissiográfico

Considerando os princípios e objetivos destacados, a construção do perfil desejável do Pedagogo egresso da UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba, envolve o reconhecimento e a valorização das diferenças (diversidade étnico-racial, sexual, de gênero e identidade de gênero, geracional, cultural e regional), além das diferenças cognitivas e físicas. Tais diretrizes contribuem, efetivamente, para se repensar a Educação Básica e suas políticas numa perspectiva de educação pautada na diversidade, direitos humanos e inclusão, como já destacado.

Nesse sentido, o perfil profissional do formado no curso de Pedagogia contempla a docência como base obrigatória, com possibilidade de atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no planejamento, gestão e execução dos processos educativos/educacionais, na esfera escolar e não escolar, compreendendo a diversidade cultural, bem como a necessidade de difusão e produção de conhecimentos por meio da pesquisa. O perfil profissional ainda contempla a capacidade de:

- ter uma visão histórica, contextualizada e crítica, acerca dos processos educativos e de seus condicionantes econômicos, sociais e políticos;

- compreender o processo de construção de novos saberes da profissão docente por meio da formação continuada, bem como o interesse, a aquisição e o uso de recursos tecnológicos;
- ser criativo, ter interesse pela leitura e ter capacidade de expressar-se com clareza, precisão, coerência e objetividade;
- criar estratégias pedagógicas para executar o seu trabalho, com intencionalidade, buscando uma prática interdisciplinar;
- conviver e se relacionar eticamente com todos os envolvidos no processo educacional;
- entender como a Educação pode se configurar como meio de transformação social e desempenhar seu papel de agente de democratização da qualidade da Educação;
- participar da gestão das instituições em que atue, planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus estudantes, alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e das práticas pedagógicas;
- reconhecer a necessidade de união da categoria profissional, para conquista de melhores condições de trabalho.

5.4 Competências e Habilidades

A Pedagogia das Competências faz parte de um grupo de teorias denominadas por Newton Duarte (2001) de “Pedagogias do Aprender a Aprender” e que envolve também o construtivismo, a Escola Nova, os estudos na linha do “professor reflexivo” e outros. Tais pedagogias consideradas hegemônicas e de caráter pragmático por Duarte (2010) são baseadas em quatro posicionamentos valorativos, a saber:

1) aquilo que o indivíduo aprende por si mesmo é superior, em termos educativos e sociais, àquilo que ele aprende através da transmissão por outras pessoas; [...] 2) o método de construção do conhecimento é mais importante do que o conhecimento já produzido socialmente [...] 3) a atividade do aluno, para ser verdadeiramente educativa, deve ser impulsionada e dirigida pelos interesses e necessidades da própria criança [...] 4) a educação deve preparar os indivíduos para acompanharem a sociedade em acelerado processo de mudança [...] (DUARTE, 2001, p.37)

Saviani (2008) alerta que:

[...] “a pedagogia das competências” apresenta-se como outra face da “pedagogia do aprender a aprender”, cujo objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas. Sua satisfação deixou de ser um compromisso coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios sujeitos que, segundo a raiz epistemológica dessa palavra, se encontram subjugados à “mão invisível do mercado” (p. 437).

Apesar disso, a Base Nacional Comum (BNC) para formação inicial de professores da Educação Básica, estabelecida pela Resolução CNE/CP n.º 2 de 20 de dezembro de 2019, requer uma formação docente que possibilite ao licenciando o domínio de diferentes competências. Nessa normativa estão previstos conjuntos de competências organizadas em três dimensões que se integram e se complementam na ação docente, a saber: conhecimento profissional; prática profissional e engajamento profissional.

Desse modo, para atender o que preconiza a Resolução CNE/CP n.º 2 de 20 de dezembro de 2019, em relação à necessidade de garantia dessas dimensões de competências, o processo de formação do licenciando do curso de Pedagogia da Unidade Universitária de Paranaíba se organizará do seguinte modo:

- Grupo I: 991 (novecentas e noventa e uma) horas para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais, estando nelas contidas 113 horas referentes às práticas como componente curricular, que também são contabilizadas no grupo III. Dessa forma, este grupo I contém, em horas-relógio, 878 horas teóricas e 113 horas de prática como componente curricular.
- Grupo II: 1.955⁴ (mil novecentos e cinquenta e cinco) horas para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC e para o domínio pedagógico desses conteúdos, estando nelas contidas 312 horas referentes às práticas como componente curricular, que também são contabilizadas no grupo III. Em horas-relógio, este grupo II contém 1.643 horas teóricas e 312 horas de prática como componente curricular.
- Grupo III: 850 (oitocentas e cinquenta) horas para a prática pedagógica com a seguinte distribuição: 425 (quatrocentas e vinte e cinco) horas de estágio e 425 (quatrocentas e vinte e cinco) horas para prática como componente curricular, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, sendo 113 horas no grupo I e 312 horas no grupo II.

Sendo assim, o(a) estudante do curso de Pedagogia, ao longo dos quatro anos, deverá desenvolver habilidades e competências que lhe permitam interagir em sua área de atuação, sem perder a visão de totalidade. O curso de Pedagogia, pois, compreende o desenvolvimento de competências e habilidades como fruto do processo de aprendizagem das formas mais elaboradas do pensamento pedagógico, com o intuito de propiciar a formação do pensamento teórico e da autonomia nas proposições pedagógicas, estabelecendo a relação dialética entre a teoria e a prática. Neste sentido, a estrutura curricular do curso proporcionará o acesso a um conjunto de conhecimentos que permitam construir referências amplas e contribuam para formação de um profissional que seja capaz

⁴ Para o cálculo do total de horas das disciplinas dos Grupos I e II foi considerado somente a carga horária teórica das disciplinas, sem o cômputo das horas de prática como componente curricular, que estão incluídas no Grupo III.

de reconhecer e modificar os contextos de vida dos estudantes com os quais se relaciona; que domine os objetos de conhecimento e saiba planejar ações de ensino, fundamentadas na pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do percurso formativo vivenciado, cuja consolidação ocorrerá no exercício profissional e que resultem em efetivas aprendizagens para todos. Este profissional ainda deverá ser capaz de conduzir as práticas pedagógicas conforme princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. As competências a serem constituídas ao longo da formação do licenciando de Pedagogia também abrangem comprometimento com o próprio desenvolvimento profissional, com as famílias e com a comunidade, com aprendizagem de todos os estudantes, com a constituição do Projeto Pedagógico da escola e com a construção de valores democráticos. (BRASIL, 2019)

Para dar materialidade a esse caráter do Projeto Pedagógico do curso, também vinculado a pesquisa, assumiu-se que a linguagem é forma de interação especificamente humana. Nesse sentido, ela é constitutiva, mediadora e produto das relações interlocutivas, ou seja, situa-se em relação a seu uso social, nas relações do ser humano com o mundo e a cultura (FRANCHI, 1977).

A partir desse ponto de vista, concebemos o trabalho com a linguagem como sendo de responsabilidade de todos os envolvidos nas relações de ensino e de aprendizagem, no caso das relações estabelecidas nas disciplinas propostas neste Projeto Pedagógico. É preciso, pois, que todos os docentes do curso compreendam que é pela linguagem que o sujeito toma consciência de si e dos outros; que a linguagem é o meio de "acesso" e/ou constituição da consciência, por isso não há como delegar o trabalho com a linguagem somente aos professores da área de língua e literatura; entendemos, ainda, que a apropriação e a comunicação/ interlocução dos saberes ocorrem por meio da linguagem, por isso cada docente deve trabalhar a linguagem na especificidade de sua disciplina.

Compreender o trabalho linguístico como atividade constitutiva, significa compreender o sujeito que fala como sujeito do discurso, que se constitui polifônico, cuja voz é social, histórica e ideologicamente situada, e que ao produzir linguagem, produz sua identidade que, além de representar a articulação do sujeito com suas experiências de mundo, também é chave na relação com o outro. Desse modo, faz-se necessário ressaltar que só existe o eu em função de um tu - relação de alteridade – e que essas relações são mediadas pelo texto. Este último representa a realidade concreta da língua, no qual autor e leitor tornam-se interlocutores.

É preciso fazer com que o discente compreenda que a produção de leitura e de escrita de textos realizada no espaço acadêmico está vinculada às especificidades das disciplinas. Para isso, é necessário que cada docente conceba leitura e escrita como indissociáveis na construção de saberes que são relacionados a elas, no trabalho com o texto. É preciso, também, fazer com que o discente compreenda que a escrita realizada no espaço acadêmico é didaticamente situada. O docente deve, portanto, oferecer subsídios que oportunizem ao discente construir uma base de conhecimentos

linguístico-discursivos que deem sustentação para interagir com práticas letradas institucionalizadas no espaço acadêmico.

A questão não é apenas fazer o(a) estudante ler e escrever melhor, mas sim realizar um trabalho em que o(a) estudante seja capaz de pensar por meio da escrita. Esse processo contribui para a implantação da prática da reescrita, desmistificando a ideia de que o texto é algo pronto e acabado. A reescrita é, desse ponto de vista, o espaço de diálogo entre o professor e o(a) estudante; é o momento oportuno para que o docente questione sobre os saberes expostos no texto pelo(a) estudante, observe seus avanços e dificuldades sobre o conteúdo estudado.

Cabe ainda aos professores do curso mostrar que:

- a. a produção de sentido de um texto não se limita aos aspectos estruturais da língua. Existem fatores contextuais que interferem no modo de constituição de sentidos do texto;
- b. todo texto tem um posicionamento ideológico e a partir desse posicionamento ideológico os sentidos são mais demarcados/explicitos ou mais silenciados/ implícitos;
- c. os aspectos formais da escrita (sejam relacionados à linguagem formal e normativa, sejam relacionados à textualidade, sejam relacionados à situação de enunciação) precisam ser corrigidos e ensinados, a partir da produção da leitura e da escrita de textos, e não em exemplos estanques e isolados.

A concepção interacionista de linguagem ratifica a importância de se mostrar aos docentes e discentes do curso que o texto deve ser estudado como um processo de produção de sentidos e não como um produto resultante de um único sentido. Nas palavras de Todorov apud Bakhtin (2011, p. 342): “[...] o sentido nasce do encontro de dois sujeitos e esse encontro recomeça eternamente [...]. O sentido é liberdade e a interpretação é o seu exercício [...]”.

Por esta via, a especificidade da área de língua e literatura está no trabalho com a linguagem artística e em seu bojo, a literária. Ainda, concebe a possibilidade do trabalho com a linguagem argumentativa, relativa a textos que circulam socialmente e que demandam uma leitura crítica da realidade, dada a necessidade de formação estética, mas também ética do profissional que será habilitado no curso de Pedagogia. Em suma: é esse posicionamento frente a área de linguagem que representa o caráter interdisciplinar que rege o presente Projeto Pedagógico.

Torna-se imprescindível, portanto, o amplo domínio da leitura e da produção de texto como práticas sociais, consolidando o domínio da língua escrita, para que os(as) estudantes e seus professores pesquisem, analisem e interpretem fundamentos históricos, políticos e sociais de processos educativos; aprofundem e organizem didaticamente os conteúdos a ensinar; compreendam, valorizem e levem em conta, ao planejar situações de ensino, os processos de desenvolvimento de crianças, jovens e adultos em suas múltiplas dimensões: física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial; situem princípios constitucionais e legais da educação; planejem

estratégias visando a superar dificuldades e problemas que envolvem a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Para finalizar, convém destacar que o domínio de linguagens é considerado imprescindível para o desenvolvimento das competências e habilidades requeridas na formação do licenciando de Pedagogia, ou seja, para sua futura atuação profissional.

5.5 Avaliação do ensino e da aprendizagem

A avaliação também é considerada como parte integrante do processo de formação de professores por ser um processo que possibilita diagnosticar possíveis lacunas existentes durante o percurso da formação inicial. Tem-se na avaliação um instrumento importante e impulsionador de mudanças no que se refere à produção e disseminação de conhecimento, gerado no âmbito do(a) estudante.

Em vista disso, a reflexão sobre avaliação nos últimos tempos, como bem destaca Luckesi (1997), tem provocado inúmeras críticas ao modelo de concepção autoritária vigente nos âmbitos escolares. Para além de uma avaliação autoritária e estática, o autor concebe o processo de avaliação como um instrumento tradutor da pedagogia para novos rumos, o qual, ainda, deve ser um instrumento dialético de avanços. É necessário o resgate da avaliação diagnóstica sem perder o rigor científico e técnico, de modo que se garanta o mínimo necessário de aprendizagem. Vale lembrar que o professor e estudante são elementos essenciais na construção democrática e participativa do processo avaliativo do ensino.

Considerados não como fins em si mesmos, os procedimentos de avaliação devem levar em conta os processos de ensino e de aprendizagem, como elemento fundamental para o planejamento das aulas dos professores e da condução dos estudos dos(as) estudantes. Estes processos serão realizados por disciplina, durante o ano letivo, pois, avaliar é um meio para o aperfeiçoamento das questões educativas. Estas premissas se materializarão por meio dos seguintes instrumentos: atividades escritas e orais, atividades práticas, de estágios, realização de seminários, debates, pesquisas, produção de artigos, projetos, além de outras formas previstas nos planos de ensino das disciplinas e de acordo com as normas vigentes na instituição.

5.6 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso e do Curso

A avaliação e autoavaliação são imprescindíveis para consolidar os princípios da gestão democrática, participativa e autônoma na formação de professores, com o objetivo de identificar as fragilidades e as potencialidades da instituição e do curso de Pedagogia, constituindo-se como importantes instrumentos para tomada de decisão, a partir de análises, críticas e sugestões intrínsecas a elas.

Assim, a avaliação do curso de Pedagogia, bem como a do seu Projeto Pedagógico, deverá seguir as discussões das Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, Avaliação dos Cursos e outras modalidades de avaliação, sendo realizada por Comissão própria da UEMS e por comissões externas à comunidade acadêmica, visando à promoção da qualidade do ensino e aprendizagem dos(as) estudantes.

Para desencadear o processo avaliativo interno, cabe à coordenação do curso e ao colegiado constituir e aprovar comissão com a finalidade de implementar as ações de autoavaliação, de acordo com as normas vigentes da UEMS.

A avaliação externa deverá ser realizada por comissões designadas pelo Conselho Estadual de Educação e Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul.

5.7 Integração entre teoria e prática

Este projeto se fundamenta na concepção de Pedagogia como práxis, em face do entendimento que tem a sua razão de ser na articulação dialética da teoria e da prática, compreendida como trabalho investigativo da educação, do ensino e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social. Sob essa perspectiva, o curso de Pedagogia deve propiciar uma formação teórico-prática e interdisciplinar que assegure o direito à diversidade: o adulto que não teve acesso à escolarização na idade própria, as tecnologias de informação e comunicação, as diversas linguagens, os que apresentam necessidades educativas especiais, os de diversos gêneros e etnias, dentre outras, contemplando, ainda, a educação não formal.

Isso exige, desde o início do curso, a familiarização com o exercício da docência, por meio das atividades práticas (como componente curricular), da participação em pesquisas educacionais e em atividades de aprofundamento de estudos que permitam ao graduando articular, em diferentes oportunidades, ideias e experiências, explicitando reflexões, analisando e interpretando dados, fatos, situações e dialogando com os diferentes autores e teorias estudadas.

Para inserção na realidade social, aos licenciandos serão propiciadas práticas docentes ao longo de todo o curso, desde seu início, bem como a pesquisa será norteadora da dinamicidade do curso, garantida por meio de disciplinas específicas e por meio da organização de atividades acadêmicas, tais como: iniciação científica, extensão, seminários, monitorias, estágios, participação em eventos científicos e alternativos de caráter científico, político, cultural e artístico.

No que se refere à concepção de docência, o curso de Pedagogia da Unidade Universitária de Paranaíba, nas últimas décadas, tem contemplado como espaço pioneiro a formação de profissionais do ensino para atuarem na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e, ainda, em espaços não escolares.

A base da formação do professor de Educação Infantil e Anos Iniciais é a docência. Considera-se a docência em sentido amplo enquanto trabalho e processo pedagógico que é construído no

conjunto das relações sociais e produtivas, e em seu sentido estrito considera-se como uma abordagem multideterminada de procedimentos didáticos, pedagógicos e intencionais com uma visão inter, multi e transdisciplinar. Dessa forma, concebe-se também a formação para a docência não como um conjunto de disciplinas que aborda métodos e técnicas isolados, fragmentado e descontextualizado da realidade sócio-histórica, mas na confluência de conhecimentos oriundos de diferentes tradições culturais e das ciências, bem como de valores, posturas e atitudes éticas, de manifestações estéticas, lúdicas e laborais.

Ressalta-se, ainda, a docência para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, como um articulador entre os pedagogos e licenciados da área de conhecimentos específicos, constituindo um espaço no qual é possível pensar/propor uma concepção de formação articulada e integrada para todos os professores, de modo que se configure uma sólida formação acadêmica e leve o educador a pesquisar e modificar a tão complexa realidade escolar. Pensar num curso com esta concepção supõe:

- sólida formação teórica interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, bem como o domínio dos conteúdos a serem ensinados pela escola, que permita a apropriação do processo pedagógico, criando condições de realizar a análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional;
- unidade entre teoria e prática;
- capacitação para gestão democrática como instrumento de luta pela qualidade social do projeto educativo;
- compromisso social do profissional da educação;
- trabalho coletivo e interdisciplinar;
- formação pautada na diversidade, direitos humanos e inclusão baseada em uma perspectiva relacional.

Importa reafirmar que este Projeto Pedagógico está comprometido com uma formação acadêmica que possibilite uma práxis docente a qual vise à efetivação do direito à educação e do direito de aprender de crianças e adolescentes, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na Constituição Federal de 1988, art. 205, em que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Garantir o direito à educação e o direito de aprender significa estar em consonância, também, com a disposição contida no artigo 3º, incisos I e IV, da Lei Fundamental, já que dentre os objetivos da República Federativa do Brasil estão o de “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e o de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (TAVARES, 2018, p. 455).

Nesse sentido, este projeto está pautado no entendimento, também, de que os direitos humanos estão descritos na “Declaração Universal dos Direitos Humanos” e são essenciais para a sociedade. Para Leite (2014, p. 37), eles representam “[...] um conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, concretizam as exigências da dignidade, da liberdade e da igualdade humanas, as quais devem ser reconhecidas positivamente pelos ordenamentos jurídicos em nível nacional e internacional”.

Dentre os vários direitos, a “Declaração Universal dos Direitos Humanos” salienta, em seu art. 26, o direito à Educação, qual seja:

1. Todo ser humano tem direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A educação elementar será obrigatória. A educação técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.
2. A educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A educação promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre as nações e grupos raciais ou religiosos, e deve desenvolver as atividades da ONU em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do tipo de educação que será fornecida a seus filhos (ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, 1948, p. 14)

Pelo documento fica evidenciado que a educação é um direito humano que deve ser buscado a fim de se construir o cidadão ativo, reflexivo e autônomo. A formação propiciada pelo curso de Pedagogia da Unidade Universitária de Paranaíba pode contribuir para a efetivação desse direito, com articulação dialética da teoria e da prática.

5.7.1 Prática como Componente Curricular (PCC)

A prática é um componente curricular que perpassa toda a formação do licenciando do curso de Pedagogia e integra a carga horária de disciplinas da primeira a quarta série. Parte do princípio de que a ação implica em reflexão e toda reflexão implica em ação, sendo, pois, concebida de forma aberta e interdisciplinar. Tem como finalidade promover a articulação, em perspectiva interdisciplinar, a partir de diferentes áreas do conhecimento, do conteúdo discutido em aulas.

As formas de cumprimento da carga horária prática serão planejadas, supervisionadas, registradas e avaliadas por docente lotado na disciplina, constando em seu Plano de Ensino. As horas referentes à prática da disciplina devem ser organizadas com atividades que estudantes realizem em horário extra às aulas de carga horária teórica⁵. Sendo assim, a frequência referente à prática como componente curricular é computada a partir do desenvolvimento, pelos estudantes, das propostas específicas para essa finalidade, orientadas pelo docente que ministra a disciplina.

⁵ Carga horária teórica é cumprida com horas-aula ministradas na universidade.

Para o planejamento da prática considera-se que: "A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino." (GARCIA; FONSECA; LEITE, 2013). Desse modo, as propostas devem possibilitar o estabelecimento de relações entre teoria e prática na formação do professor, de modo que a prática não seja limitada ao momento do estágio. Contudo, isso não significa que a prática como componente curricular dependa de observação direta em espaços de educação formal e de educação não formal. Alguns exemplos que podem auxiliar a pensar sobre propostas de vinculação teoria e prática na formação de professores: análises de narrativas orais e escritas de professores; análises de produções de estudantes de anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou da Educação Infantil; análises de livros didáticos, de filmes e vídeos; resolução de situações-problema existentes no cotidiano profissional do professor de Educação Básica; análises e produções de propostas sobre situações simuladas de ensino; análises de sequências didáticas, de cadernos de planejamento e de outros documentos; estudos de caso; produção de materiais didáticos; análise e produção de livros de literatura infantil; produção de instrumentos musicais, jogos e brinquedos.

Além dessas formas, o cumprimento da prática também pode ser feito no âmbito das instituições de educação, a partir de observações e participações, de forma colaborativa, mediante o prévio ajuste formal entre a instituição formadora e a instituição associada ou conveniada, com preferência para as escolas e as instituições públicas. Nesses casos, o cumprimento da prática pedagógica, obrigatoriamente, deve ser "[...] acompanhada por docente da instituição formadora e por 1 (um) professor experiente da escola onde o estudante de graduação a realiza, com vistas à união entre a teoria e a prática e entre a instituição formadora e o campo de atuação." (BRASIL, 2019, p. 9).

Nesse sentido, o cumprimento da prática como componente curricular das disciplinas pode ocorrer no contexto escolar, mas não se limita a ele, pois a inserção na prática pode ocorrer também por outros meios, conforme exemplificado anteriormente. Não será considerada como prática o desenvolvimento de trabalhos que não tenham conexão direta com o âmbito do contexto de trabalho profissional do pedagogo. É importante ressaltar ainda: "Entende-se, também, que a pesquisa sobre a docência ou os aspectos do fazer docente seja um instrumento desencadeador das Práticas como Componente Curricular, por meio da inter-relação entre a teoria e a prática, entendendo esta última no sentido de práxis, ou seja, uma ação intencionalizada." (SOUZA NETO; SILVA, 2014, p. 906)

A prática como componente curricular deve ser registrada, de maneira que sejam evidenciadas as aprendizagens do licenciando do curso de Pedagogia para a docência. (BRASIL, 2019).

5.8 Inclusão, diversidade e formação acadêmica

A UEMS é conhecida e reconhecida como uma instituição que prima por acolher, desde sua fundação, a população marginalizada, geográfica, econômica e socialmente. O princípio da inclusão

conduz os passos por ela tomados partindo da escolha da Sede Administrativa em uma cidade do interior do estado, a fim de atingir a formação de profissionais capazes de perceber e agir sobre suas realidades, alterando positivamente as configurações de seus entornos.

A instituição tem o compromisso de proporcionar um processo educacional, justo, democrático e equânime, para a produção do conhecimento e para a efetivação de políticas de inclusão, com vistas a contemplar a gama de diversidades, o que é condizente com a concepção de formação do curso de Pedagogia que as compreende, segundo Gomes (2007, p.11) “como a construção histórica, cultural e social das diferenças”.

No que tange às questões de gênero e sexualidade, o curso de Pedagogia tem se mantido atento às discussões sobre o tema em âmbito nacional e internacional e acompanhado os impactos dessas discussões nas políticas educacionais e curriculares que vêm sendo formuladas e implementadas na educação brasileira desde a década de 1990 e, também, no âmbito das políticas de formação de professores. Podemos citar como exemplo: a Conferência Mundial sobre Educação para todos, em Jomtien, na Tailândia (1990), a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, na China (1995), a Cúpula Mundial de Dakar, em Dakar, no Senegal (2000), o Fórum Mundial de Educação, em Incheon, na Coreia do Sul (2015), além de acompanhar os debates realizados pela Unesco, ONU Mulheres, o Banco Mundial e a OCDE dentre outros organismos internacionais. Segundo Rosemberg (2001, p. 154):

[...] O Brasil foi signatário, também, de todos os compromissos internacionais relativos à igualdade de oportunidades educacionais a mulheres e homens resultantes de acordos multilaterais firmados nas Conferências Internacionais da década de 1990, também patrocinadas pela ONU. Tais acordos enfatizam a prioridade da educação das mulheres e justificam-na como estratégia de combate à desigualdade social e ao subdesenvolvimento.

Como desdobramento desses acordos, aprovou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, n. 9394/96) e um conjunto de políticas e programas que se apresentavam sensíveis à questão da diversidade e inclusão, mas com viés economicista de desenvolvimento e combate às desigualdades.

No contexto do Curso de Pedagogia da UEMS de Paranaíba foi incluída a disciplina “Educação e Diversidade: raça, etnia e gênero”, no Projeto Pedagógico do Curso que está em vigor desde 2013 e, na proposta de reformulação do PPC, criou-se uma disciplina específica sobre “Gênero, Sexualidade e Educação”, pois entendemos que não poderíamos silenciar diante dos questionamentos que “[...] o trato pedagógico da diversidade traz para o currículo” e para os projetos pedagógicos conforme afirma Gomes (2007, p.11)

Em relação às questões étnico-raciais, o Curso de Pedagogia compreende a necessidade de aprofundamento do debate visando ao reconhecimento da diversidade e se posiciona favorável à

implementação de “políticas educacionais que valorizam a diversidade, no sentido de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino” (BRASIL, 2004, p.11) inclusive na formação de professores. Conforme o parecer n. 003/2004 do CNE

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. **Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados.** (BRASIL, 2003, grifo nosso).

Nesse sentido, criou-se a disciplina “Educação e Diversidade: raça, etnia e gênero” no Projeto Pedagógico do Curso que está em vigor desde 2013 e, na proposta de reformulação do PPC, criou-se uma disciplina específica intitulada “Educação para as relações étnico-raciais”.

A instituição também tem estabelecido uma série de políticas de ações afirmativas que abrangem cotas para ingresso de negros, indígenas, refugiados, migrantes em situação de vulnerabilidade e apátridas, assim como o atendimento de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Para esse fim, têm sido produzidas uma série de normativas, desde 2013, visando a garantir o acesso de grupos considerados vulneráveis do ponto de vista étnico, racial, social e cultural, embasadas na legislação vigente e considerando as normativas institucionais internas, a saber: Resolução CEPE nº 1373, de 16 de outubro de 2013, que estabeleceu critérios para ingresso de candidatos aprovados pelo regime de cotas para negros no Processo Seletivo para os Cursos de Graduação da UEMS; Resolução nº 2215, de 4 de dezembro de 2020, que definiu critérios e procedimentos de ingresso e matrícula de candidatos indígenas nas vagas reservadas no sistema de cotas para indígenas nos Cursos de Graduação da UEMS; Resolução CEPE nº 2207, de 04 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na UEMS e Resolução CEPE nº 2317, de 04 de agosto de 2021, que regulamentou a oferta de vagas e as condições de ingresso de alunos refugiados, migrantes em situação de vulnerabilidade e apátridas nos Cursos de Graduação da UEMS.

Partindo-se do conjunto dessas legislações e da necessidade de apresentar os conceitos orientadores para as práticas didático-metodológicas adotadas é preciso trazer, neste projeto

pedagógico, que o curso compreende a Educação Especial e a quem ela se destina, conforme o Art. 2º da Deliberação CE/CEPE nº 312, o qual afirma que:

A Educação Especial perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. É um processo educacional definido pelas instituições, em suas propostas pedagógicas e ou projetos de curso e em seus regimentos, de modo que assegure recursos e serviços educacionais com vistas a apoiar a educação do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo acesso, permanência, progressão escolar e terminalidade, devendo ser ofertada, inclusive, na Educação Superior. (UEMS, 2020, n.p.).

De acordo com esse texto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE)/Educação Especial compreende a garantia do acesso, da permanência, da progressão escolar e da terminalidade adequada aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, além de trazer a esse público-alvo as seguintes garantias:

- oferta, sempre que necessária, do Atendimento Educacional Especializado (AEE), ou seja, conjunto de estratégias, recursos pedagógicos e de acessibilidade, organizados institucionalmente, de forma a promover a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em interação com a coordenação do curso;
- plano educacional individualizado, elaborado por professor especializado, contratado para prestar o AEE, em colaboração com os docentes que ministram aulas para o acadêmico, conforme as condições identificadas, a partir da avaliação pedagógica e de informações complementares, sendo, posteriormente, apresentado à coordenação de curso e, a seguir, encaminhados à DID/PROE, relatório de avaliação pedagógica, além de diagnóstico, na forma da Lei;
- terminalidade específica, a partir de critérios a serem definidos pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente, ou seja, aos acadêmicos com altas habilidades ou superdotação, poderá ser concedida, em caráter excepcional, a conclusão da graduação em menor tempo, mediante avaliação multidimensional e o rendimento acadêmico nas disciplinas/módulos do Curso;
- possibilidade de conclusão do curso em maior tempo, aos acadêmicos com graves deficiências intelectuais ou múltiplas, por meio de flexibilização do período de integralização curricular, sempre que possível, e sem prejuízo para o acadêmico. Essa flexibilização será planejada em conformidade com as capacidades do aluno, a avaliação do professor do AEE, a anuência da Coordenação e demais setores competentes da UEMS, sob a supervisão da DID/PROE;
- avaliação multidimensional realizada por comissão definida pelo Colegiado do Curso que contará com a participação do coordenador do curso, do professor especializado e de 3 (três) professores que ministram aulas no curso, sob a supervisão da DID/PROE;

- estratégias de ensino específicas, a partir das necessidades educacionais do acadêmico, identificadas no processo avaliativo, sendo que estas devem constar no plano de ensino e no plano de trabalho de cada componente curricular;
- apoio, realizado por profissional capacitado, aos acadêmicos que necessitem de auxílio nas atividades de higiene, alimentação e locomoção;
- AEE em ambiente hospitalar ou em ambiente domiciliar, realizado por professor especializado em Educação Especial quando impossibilitados de frequentar as aulas, em razão de problemas de saúde e outro impedimento, que impliquem internação hospitalar ou permanência prolongada em domicílio.

O Colegiado de Curso, o Comitê Docente Estruturante, a Coordenação Pedagógica e os docentes do curso atuarão na identificação e na previsão do atendimento educacional especializado ao público da Educação Especial, considerando a interação com barreiras diversas que podem impedir e ou restringir a sua participação plena e efetiva na instituição de ensino e na sociedade.

Nesse sentido, em conformidade com a Deliberação CE/CEPE-UEMS nº. 312, de 30 de abril de 2020, que “Dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul”, o curso atuará junto à Divisão de Inclusão e Diversidade – DID/PROE para o viabilizar, por meio da oferta de serviços, apoios e condições de acessibilidade que promovam a inclusão, primando por organização curricular flexível, recursos humanos, recursos didáticos e estrutura física, de acordo com as necessidades educacionais dos acadêmicos (art. 5º, II).

Além das garantias elencadas, a Deliberação CE/CEPE nº 312, reforça a visão da UEMS de “Ser Instituição pública, gratuita e de qualidade, pautada na inclusão social e nos princípios éticos e morais, que atenda às demandas da sociedade e contribua para o desenvolvimento sustentável de Mato Grosso do Sul e do país”⁶, quando preconiza, em seu Art. 13, que

A interface da Educação Especial na educação escolar indígena, do campo, quilombola, dentre outros grupos específicos, deve assegurar que os recursos e serviços de apoio pedagógico especializado constem nos projetos pedagógicos de cursos.

Parágrafo único. As diferenças socioculturais e as especificidades dos grupos mencionados no caput devem ser consideradas quando da definição do AEE. (UEMS, 2020, n.p.).

Uma vez que abarca e amplia o sistema de cotas trazendo-o, também, para o conjunto de ações que constituem o AEE em uma dimensão social e cultural, para além da complementação e/ou suplementação dos conhecimentos ofertados aos graduandos da UEMS, independentemente de gênero, idade, sexualidade e singularidades dos “demais grupos específicos” que constituem a comunidade universitária.

⁶ PPI UEMS 2021-2025, p. 26.

É nesse sentido que a oferta de disciplinas que primam pela inclusão e pela não discriminação como a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, denotam, além das questões legais, uma postura institucional de reconhecimento da LIBRAS como língua oficial no Brasil e como meio de ampliação e garantia da cidadania a seus usuários no âmbito acadêmico e social, uma vez que a instituição confere ao graduando, por meio dessa postura inclusiva, uma estrutura que o impulsiona para a autonomia física e para o pertencimento.

Portanto, o sucesso do processo de inclusão é maior que a menção da legislação. Relaciona-se à estrutura organizacional da instituição, aos mecanismos e dispositivos ofertados para que alunos com deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e os demais discentes sejam capazes de, pela discussão das realidades de conteúdos transversais como “Relações humanas”, “Gênero e Sexualidade”, “Relações étnico-raciais”, “Educação para a diversidade étnico-racial e cultural”, acessem temáticas e conteúdos essenciais para a garantia de um ensino de qualidade para todos estudantes que necessitem de algum tipo de apoio, bem como a inserção de cidadãos que apresentem empatia junto à comunidade acadêmica e à sociedade.

5.9 Diretrizes Curriculares Especiais -

Consideramos que a escola deve assumir sua responsabilidade perante a sociedade com olhos para a diversidade humana. Para isso, faz-se necessária uma formação que incorpore a diversidade e respeite a diferença (BRASIL, 2013). Nesse sentido, a temática de gênero e sexualidade fazem parte da ementa das disciplinas: “Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de História e Geografia”, “Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de Ciências da Natureza”; “Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de Arte” e “Fundamentos Teóricos e Práticos do Movimento”.

No que se refere à adequação do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, o curso de Pedagogia atende às determinações da Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais com a oferta da disciplina Educação para as Relações Étnico-raciais. Em acréscimo, as disciplinas “Política Educacional” e “Currículo: Teorias, Políticas e Práticas” também contemplam em suas ementas essas questões.

A Resolução CNE/CP nº 1/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, é atendida, ainda, com a oferta das disciplinas “Política Educacional”; “Educação de Jovens e Adultos” e “Educação Não-Formal” que contemplam, em suas ementas, as discussões sobre a educação como um direito humano e entre os direitos humanos.

O curso também atende ao dispositivo legal e normativo com relação à Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de

dezembro de 2012, cujo conteúdo está contemplado na ementa da disciplina “Educação Especial”. Além da existência do Laboratório de Currículo, Formação Docente e Diversidade que faz parte do Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação – CEPEED.

6. RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INTEGRAÇÃO COM A PÓS-GRADUAÇÃO

O princípio da interdisciplinaridade, além de levar à integração das disciplinas próprias do curso e daqueles saberes provenientes de outras áreas do conhecimento, conduz o(a) estudante a criar elos entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, com o sentido de evitar a compartimentalização dos conhecimentos, o que pode resultar em formas diferenciadas de uso e reelaboração dos conhecimentos auferidos em sua vida profissional.

A existência de Grupos de Estudos para o desenvolvimento de Pesquisa e Extensão, com linhas de pesquisa bem definidas, pode ampliar a interdisciplinaridade, proporcionando uma interação horizontal e vertical do conhecimento, além de possibilitar a participação de estudantes da graduação e da pós-graduação em um espaço plural de aprendizagens.

Considera-se fundamental que o(a) estudante possua essa visão ampla e integrada da Ciência como um todo e mais especificamente da Educação, além de sua efetiva formação cidadã, e que continue a se aprimorar, buscando ampliar seus conhecimentos. A continuidade almejada na relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão também é assegurada pela existência de cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* em Educação na UEMS - Unidade de Paranaíba.

A integração entre a graduação e a pós-graduação deve ser realizada por meio de projetos de Iniciação Científica e de projetos de Pesquisa e Extensão, concebidos para melhor conhecer, refletir e atuar sobre a realidade educacional, sendo concernentes com as linhas de pesquisas estabelecidas pelo curso, e em consonância com os cursos de pós-graduação ofertados na Unidade Universitária.

A fim de efetivar mais e melhores possibilidades da integração supracitada, desde março de 2016, a Unidade Universitária de Paranaíba conta com o Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação – CEPEED⁷, vinculado à Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPP/UEMS. O Centro tem por finalidade fomentar estudos e pesquisas na área da Educação, contribuir com Grupos de Estudos e Pesquisas e com eventos acadêmicos, além de propor publicações em livros, periódicos e anais de eventos. Nessas atividades, tem envolvido, além dos docentes do curso de Pedagogia,

⁷ Atualmente funcionam no CEPEED quatro laboratórios de Ensino, Pesquisa e Extensão: 1. Currículo, Formação Docente e Diversidade (LCFD); 2. História, Sociedade e Educação (LAHSE); 3. Linguagem, Educação e Cultura (LLEC) e 4. Direitos Humanos (LDH). O CEPEED também é a sede da revista Interfaces da Educação (Editora UEMS, ISSN 2177-7691), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, cuja periodicidade quadrimestral vem sendo mantida regularmente desde 2010, ano de sua criação e implantação. Os números da revista podem ser consultados na sua página eletrônica (<http://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/index>). Todas as informações sobre o CEPEED podem ser acessadas pelo site www.uems.br/cepex/pg/cepeed.

Direito e Ciências Sociais, e do Programa de Pós-Graduação em Educação, discentes orientandos desses docentes, e pesquisadores de outras Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, das esferas internacional, nacional, regional e local.

A partir de experiência acumulada com o desenvolvimento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)⁸ no curso de Pedagogia, desde 2013, e do Programa de Residência Pedagógica, desde 2020, o modelo de formação docente deste Projeto Pedagógico busca articular teoria e prática, fundada no domínio de conhecimentos pertinentes a ambas as esferas, e na indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, uma vez que a partir da proposta do PIBID e do Programa de Residência Pedagógica, os estudantes são inseridos no ambiente escolar, no qual observam, atuam e refletem sobre a prática profissional no cotidiano das escolas públicas de Educação Básica, subsidiados pela integração universidade e escola.

6.1. A Extensão como Componente Curricular do Curso

A Extensão no Ensino Superior, de acordo com a Resolução CNE n.º 7 de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei 13.005/2014 (BRASIL, 2018), é compreendida como atividade que se integra à matriz curricular, constituída em processo interdisciplinar, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa e que envolve as instituições de Educação Superior e outros setores da sociedade, por meio da produção e aplicação do conhecimento. Essa normativa estabelece a obrigatoriedade de que, no mínimo, 10% da carga horária total estudantil dos cursos de graduação seja cumprida mediante atividades de extensão, que façam parte da matriz curricular, o que, no caso do curso, resulta em 390 horas a serem cumpridas na forma de extensão.

A Resolução CEPE/UEMS nº 2204, de 4 de dezembro de 2020 enfatiza a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, o que potencializa a postura do aluno como protagonista de sua formação. A Deliberação CE/CEPE nº 309, de 30 de abril de 2020, que aprova o Regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária, estabelece, em seu artigo 1º: “As atividades de extensão e cultura devem envolver o processo educativo, ter caráter cultural, científico, político e artístico e estimular a interação transformadora entre a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e os diversos segmentos da sociedade.” (UEMS, 2020, n.p.)

Considerando essas normativas, docentes do curso de Pedagogia da Unidade Universitária discutiram, em reuniões realizadas no ano de 2021, problemas a serem considerados para viabilizar essa proposta. Os docentes do curso destacaram preocupações que também apareceram no debate

⁸ O PIBID é “[...] uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visa proporcionar aos discentes na primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de Educação Básica e com o contexto em que elas estão inseridas.” (BRASIL, 2018, n.p.).

sobre o assunto realizado pelo Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED/UDESC, conforme abordam Dias, Cerny e Brunetta (2020):

[...] b) o caráter de obrigatoriedade de uma atividade que por sua natureza e função acadêmica e sócio-política, é volitiva; c). a fragilidade conceitual acerca do conceito de protagonismo estudantil defendido na obrigatoriedade da extensão em todos os cursos de graduação no Brasil; d) a defesa curricular, em nosso ponto de vista equivocada, ao estabelecer a obrigatoriedade dos créditos de extensão, tomando como referência o modelo disciplinar ainda fortemente arraigado na composição das matrizes curriculares; e). a indefinição de como ficaria a atribuição de carga horária docente, considerando que com a obrigatoriedade, para dar conta dos dez por cento, muitos professores que antes não eram extensionistas, acabarão tendo que desenvolver tais atividades; f) o risco de confundir extensão com ensino, na medida em que havia proposições que indicavam a possibilidade de fazer constar nos ementários das disciplinas componentes curriculares da extensão; g) a preocupação com a realidade das licenciaturas cursadas no período noturno que tem, em sua maioria, estudantes que trabalham com jornada diurna de 40 horas semanais, e não tem tempo para dar conta de atividades de extensão no contraturno; h) a obrigatoriedade dos/das estudantes em realizar atividades de extensão, tendo que atender a uma carga horária prescrita, sendo que isso poderá incorrer na adesão a propostas que não tenham relação direta com seus interesses e respectivos perfis acadêmicos. (p.280-281)

Apesar do entendimento de todos esses problemas, diante da necessidade do cumprimento da normativa estabelecida sobre a obrigatoriedade do cumprimento de parte da carga horária do curso, pelo estudante, em atividades de extensão, ficou estabelecido que isso ocorreria mediante Programa de Extensão ou Cultura, ofertado anualmente e coordenado por uma comissão constituída por, no mínimo três e, no máximo, cinco docentes do curso de Pedagogia, estabelecidos no início de cada ano letivo, em reunião de Colegiado de Curso, sendo obrigatória a participação de todos os docentes efetivos dentro de um período de 4 (quatro) anos, que completa um ciclo de formação estudantil⁹. A comissão organizará ações de extensão em conformidade à concepção de formação presente neste Projeto Pedagógico, voltada para todos os estudantes matriculados no curso de Pedagogia, desde a 1ª série/ano.

O Programa de Extensão ou Cultura é compreendido como:

[...] o conjunto de ações de caráter orgânico-institucional, de médio e longo prazo, de natureza educativa, cultural, artística, científica e tecnológica, com clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, articulando ações de extensão, pesquisa, ensino e/ou outras voltadas a questões relevantes da instituição e da sociedade. (UEMS, 2020. s.p)

O Programa de Extensão ou Cultura agregará, pelo menos, três ações de extensão ou cultura vinculadas a uma única temática, sob a forma de projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviço, com data igual a de vigência do Programa e poderá ser vinculado ao Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação – CEPEED. Essas ações de extensão poderão ser desenvolvidas

⁹ O Programa de Extensão ou Cultura versará sobre temática interdisciplinar e terá regulamento próprio, aprovado em Colegiado de Curso.

de forma presencial ou remota, e em parceria com outros cursos ou outras instituições de Ensino Superior, desde que previstas nas propostas das atividades. Conforme normativa vigente (UEMS, 2020, s.p.):

§ 4º Entende-se por Projetos de Extensão ou Cultura o conjunto de ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, artístico, esportivo ou desportivo, científico e tecnológico, com o objetivo definido e prazo determinado, vinculado ou não a um programa.

§ 5º Entende-se por Cursos de Extensão ou Cultura o conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária superior a 30 (trinta) horas e com processo de avaliação definido.

§ 6º Entende-se por Oficinas de Extensão ou Cultura o conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária variável.

§ 7º Entende-se por Eventos de Extensão ou Cultura o conjunto de ações com metas e prazo de duração previamente definidos, de caráter educativo, técnico, científico, artístico, cultural, esportivo ou desportivo que implicam na produção, apresentação e exibição pública e livre, ou também a um público específico, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.

§ 8º Entende-se por Prestação de serviço as atividades de transferência do conhecimento na Universidade, contratadas pela comunidade ou por organizações públicas ou privadas.

Seja em projetos, cursos, oficinas, eventos ou prestação de serviço, o estudante do curso de Pedagogia deverá ser considerado como protagonista da ação de extensão desenvolvida junto à comunidade, sendo coordenador ou colaborador (UEMS, 2020). Será, portanto, aquele que desenvolve a ação de extensão e não alguém que somente participa de uma ação desenvolvida por docente(s) do curso.

A carga horária de extensão, cumprida por participação nas ações ofertadas pelo Programa de Extensão ou Cultura será incluída no histórico do(a) estudante somente após encaminhamento para Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC), pelo(s) docente(s) responsável(is), do relatório pertinente de cada ação de extensão, que será registrado junto à Diretoria de Registro Acadêmico (DRA). (UEMS, 2020).

Também será enviado um relatório anual das atividades de extensão e cultura desenvolvidas e creditadas no currículo dos(as) estudantes, produzido pelo Comitê Docente Estruturante, em parceria com a comissão do Programa de Extensão ou Cultura. Esse relatório também servirá como parâmetro para os processos de acompanhamento, avaliação e reconhecimento do curso de Pedagogia.

7. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Considera-se o Estágio Curricular Supervisionado um momento especial na formação do licenciando em Pedagogia, pois requer um período de permanência com um profissional do ensino

em um ambiente institucional, onde ocorre a educação de modo intencional. O Estágio Curricular Supervisionado tem como norte o movimento ação-reflexão-ação, “no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, integração e aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa.” (BRASIL, 2019, s.p.).

Conforme o “Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul”, estabelecido pela Deliberação CE/CEPE n.º 289, de 30 de outubro de 2018 (UEMS, 2018), os objetivos do Estágio Curricular Supervisionado são:

- I - viabilizar aos estagiários a reflexão teórica sobre a prática e a articulação entre ambas, para que se consolide a formação profissional;
- II - oportunizar aos estagiários o desenvolvimento de habilidades e competências necessários à ação profissional;
- III - proporcionar aos estagiários o intercâmbio de informações e experiências concretas que os preparem para o efetivo exercício da profissão;
- IV - oportunizar aos estagiários, sob a supervisão de um profissional experiente, vivência real e objetiva junto à área de atuação, levando em consideração a diversidade de contextos que esta apresenta.

Em acordo à Resolução CNE/CP n.º 02/2019, as horas de Estágio Curricular Supervisionado voltadas para aprendizagem sobre a docência da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental enfocarão o planejamento, a regência e a avaliação de aulas. Todas as horas de Estágio Curricular Supervisionado, inclusive aquelas voltadas para gestão escolar, serão realizadas sob a orientação e acompanhamento (supervisão) de docentes do curso, bem como sob mentoria de professores ou gestores experientes das instituições escolares e educacionais conveniadas para realização do estágio, com privilégio para rede pública ou instituições e programas de relevância para a escola pública.

Tem-se buscado estabelecer convênios com as redes públicas de ensino a fim de que as experiências nelas vivenciadas possam servir de base norteadora de análises críticas, procurando-se, assim, abrir um campo para práticas inovadoras de prestação de serviço, aprendizagem, pesquisa, extensão e cooperação entre a universidade e demais instituições de caráter educativo, assim como melhorar qualitativamente a articulação entre a Educação Superior e Educação Básica, em regime de colaboração.

7.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório está organizado em conformidade ao disposto na Resolução CNE/CP n.º. 02/2019 e no “Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul”

(UEMS, 2018)”. Contempla a formação e atuação do pedagogo para a docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e para Gestão Escolar.

Conforme “Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul” (UEMS, 2018), o Estágio Curricular Supervisionado constitui-se em atividade acadêmica intrinsecamente articulada aos demais componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso. Tal característica exige dos docentes responsáveis pelos estágios planejamento, articulação, implementação e supervisão das atividades a serem desenvolvidas, de modo que atendam a problemas e questões relativas às etapas, segmentos e áreas da Educação Básica, em articulação ao que foi e está sendo aprendido no curso de Pedagogia, assim como em colaboração com os profissionais das instituições conveniadas.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será desenvolvido em conformidade às orientações e acompanhamento de docentes do curso lotados nessas disciplinas e aos direcionamentos pedagógicos e administrativos estabelecidos pela COES (Comissão de Estágio Curricular Supervisionado) do curso. Também haverá acompanhamento por parte de profissionais experientes das instituições escolares e educacionais conveniadas (organizações concedentes) para realização do estágio, com privilégio para rede pública ou instituições e programas de relevância para a escola. “Os campos de estágio serão oficializados mediante convênio, firmado diretamente entre as organizações concedentes e a UEMS.” (UEMS, 2018, s.p), no qual devem constar condições para sua realização.

A formalização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório com a concedente conveniada ocorrerá mediante a apresentação de documentos assinados pelo estudante-estagiário e pela coordenação e docente/orientador de estágio.

O “Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar” será o primeiro do curso de Pedagogia a ser realizado pelo estudante, na 2ª série/ano, com carga horária (somente prática¹⁰) de 68 horas-aula, sob a supervisão de um docente lotado para essa disciplina.

Na 3ª série/ano serão ofertadas outras duas disciplinas do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, as quais abrangem a etapa da Educação Infantil, sendo: a) “Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Creche”, composta por 34 horas-aula teóricas e 102 horas-aula práticas; b) “Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Pré-Escola”, com carga horária de 34 horas-aula teóricas e 102 horas-aula práticas. Estes estágios proporcionam o primeiro contato dos(as) estudantes de graduação do curso de Pedagogia com as especificidades da docência no trabalho pedagógico com crianças e será realizado com vinculação às instituições educacionais infantis de Paranaíba e dos municípios circunvizinhos.

¹⁰ A disciplina “Estágio em Gestão Escolar” é composta somente por carga horária prática e em decorrência disso não há previsão no horário do curso. Os atendimentos de estudantes, para realização desse estágio, deverão ser realizados por docente lotado na disciplina, conforme agendamentos a serem estabelecidos.

Na 4ª série/ano, o formando do curso de Pedagogia cursará a disciplina “Fundamentos Teóricos e Práticos de Estágio Curricular Supervisionado do Ensino Fundamental”, composta por 68 horas-aula teóricas, que abrangerá especificidades do estágio voltado para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Também na 4ª série/ano, o Estágio Curricular Supervisionado dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental será cumprido mediante o curso das seguintes disciplinas compostas somente de carga horária prática: a) “Estágio Curricular Supervisionado em Linguagem I – Alfabetização” (34 horas-aula); b) “Estágio Curricular Supervisionado em Linguagem II – Língua Portuguesa” (34 horas-aula); c) “Estágio Curricular Supervisionado em Matemática” (68 horas-aula) ; d) “Estágio Curricular Supervisionado em Ciências Humanas e da Natureza” (34 horas-aula); e) “Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial” (34 horas-aula); f) “Estágio Curricular Supervisionado em Arte e Movimento” (34 horas-aula)¹¹. Nessas seis últimas disciplinas supracitadas, os estudantes serão atendidos por docentes lotados para cada uma delas, em grupos de, no máximo, dez estudantes, em sistema de rodízio, modificados periodicamente, até que toda a carga horária seja completada, no decorrer do ano letivo.

Nas disciplinas de estágio com carga horária teórica, tanto da 3ª série/ano, “Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Creche” e “Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Pré-Escola”, quanto da 4ª série/ano, “Fundamentos Teóricos e Práticos de Estágio Curricular Supervisionado do Ensino Fundamental”, serão abordados aspectos sobre o estágio curricular supervisionado e seu papel na formação de professores; a ética na atuação do estagiário; a organização dos estágios em conformidade com as normas vigentes; além de outros aspectos estabelecidos no plano de ensino. As cargas horárias teóricas dessas três disciplinas mencionadas não são contabilizadas como carga horária de Estágio Curricular Supervisionado, pois entende-se, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CP nº 02 de 2019 (BRASIL, 2019), que somente a carga prática, entendida como aquela desenvolvida por meio de atividades práticas efetivadas no âmbito das instituições de Educação Básica devem ser consideradas para esse cômputo.

Acadêmicos que, durante o curso de Pedagogia, participarem de Programas de iniciação à docência, como PIBID e Residência Pedagógica, institucionais da UEMS e/ou vinculados ao Ministério da Educação, poderão ter redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatórios dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e/ou da Educação Infantil, conforme quantitativo de horas cumpridos por cada estudante, em até 100%, de acordo com anuência da COES.

7.2 Estágio Curricular Não Obrigatório

¹¹ As disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório voltadas para anos iniciais do Ensino Fundamental mencionadas entre as letras “a” e “f” são compostas somente por carga horária prática e em decorrência disso não há previsão no horário do curso. Os atendimentos de estudantes, para realização desses estágios, deverão ser realizados por docente lotado na disciplina, conforme agendamentos a serem estabelecidos.

O Estágio Curricular Não Obrigatório é uma atividade opcional, subordinada às exigências curriculares do curso, regulamentada pela Comissão de Estágio Curricular Supervisionado (COES) e que não substitui o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório. Quando realizado fora da Instituição, estabelece vínculo de relações formais e legais entre a UEMS e a unidade concedente, mas se constitui no desenvolvimento de atividades relacionadas ao curso de graduação em Pedagogia.

Esta modalidade de estágio compõe a vida acadêmica, enriquecendo a formação humana e profissional do(a) estudante e tem como objetivo proporcionar a participação em situações reais típicas do meio profissional, que propiciem complementação de sua formação acadêmica e pode ser considerado para o cômputo das atividades complementares. Deve ser acompanhado e avaliado por um professor do curso, conforme designação feita pela COES; e por um supervisor da organização concedente, responsável pelo acompanhamento e avaliação do estagiário, em conformidade com a legislação nacional e com normativa interna vigente. (UEMS, 2018).

O Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório não substitui e não poderá ser equivalente ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório. Da mesma forma, também não poderá haver redução de carga horária do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório devido à realização, por parte de estudantes, do Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório. As horas do Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório poderão ser consideradas, mediante apresentação de documentação comprobatória, somente para o cumprimento da carga horária das Atividades Curriculares de Extensão.

Conforme normativa institucional vigente,

Art. 8º Os acadêmicos portadores de diploma de licenciatura e exercendo a atividade docente regular na educação básica poderão ter a redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório até o máximo de 100 (cem) horas para a segunda licenciatura, cabendo à Comissão de Estágio Supervisionado (COES) do curso analisar e deliberar, considerando as diretrizes de cada curso. (UEMS, 2018, s.p.).

Destaca-se que a redução de carga horária prevista nessa normativa institucional será aplicada somente às horas relativas ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dos anos iniciais do Ensino Fundamental e ao Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Entende-se por Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o resultado da investigação científica, de caráter obrigatório, desenvolvida a partir da 3ª série, sob orientação de um docente do curso constituído como orientador. A elaboração do projeto de pesquisa acontece na 3ª série e a apresentação pública do texto escrito, com resultados finais da investigação científica, será feita a uma banca examinadora composta por dois docentes, no final do período da 4ª série.

O TCC é oferecido como componente curricular obrigatório, com carga horária de 100 horas. O desenvolvimento do TCC também é amparado pelas seguintes disciplinas do curso: Pesquisa em Educação I (2ª série); Pesquisa em Educação II (3ª série) e Pesquisa em Educação III (4ª série).

Cada estudante terá um professor-orientador, com titulação mínima de Mestre. O tema do TCC deve ser compatível com a linha de pesquisa do professor-orientador, bem como aos princípios norteadores do Projeto Pedagógico do Curso para o desenvolvimento dos trabalhos investigativos. O Trabalho de Conclusão de Curso terá regulamento próprio.

9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares são atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural, relacionadas às áreas específicas de interesse dos estudantes do curso de Pedagogia, as quais devem ser cumpridas 40 horas, como requisito para integralização do curso. Para cumprimento dessa carga horária, também serão consideradas as atividades complementares de ensino, compreendidas, de acordo com a Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 310, de 30 de abril de 2020, como “[...] toda atividade que é elaborada e proposta por docentes, da UEMS, visando oferecer a ampliação de uma dimensão específica das atividades acadêmicas”. (UEMS, 2020, n.p.) As atividades complementares são regulamentadas pela Resolução CEPE-UEMS nº 1.864, de 21 de junho de 2017, que aprova o Regimento Interno dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Serão computadas como atividades complementares (AC) aquelas desenvolvidas a partir do ingresso no respectivo curso de graduação. Estudantes deverão encaminhar os comprovantes¹² das AC à secretaria acadêmica, a partir do primeiro e, ao final de cada ano letivo, até 60 (sessenta) dias antes do término do período letivo da última série do curso, conforme prazo estabelecido em calendário acadêmico.

O cumprimento da carga horária para efeito de integralização do currículo do curso, pelos estudantes, deve ser realizado, prioritariamente, nas modalidades organizadas no Quadro 1:

Quadro 1. Atividades Complementares

Atividades Complementares	Carga Horária Máxima
Grupo I – Atividades de Ensino	
Monitoria aprovada pela instituição, sendo obrigatória a apresentação de certificação e/ou atestado	20h
Participação em Programas ou Projetos de Ensino	20h
Visitas técnicas	20h
Participação em cursos na área da educação	20h

¹² Os certificados precisam ter data de início e de fim (dia/mês/ano), ou seja, aqueles que o período informado se restringir a mês e ano não são computados. O período de realização da atividade atestada no certificado deve ser coerente com a carga horária e com tema vinculado ao curso.

Estágio Curricular Não Obrigatório	20h
Grupo II – Atividades de Extensão e Cultura	
As ações deste grupo serão creditadas somente para Atividades Curriculares de Extensão	
Grupo III – Atividades de Pesquisa	
Iniciação Científica, mediante atestado de desempenho do acadêmico, assinado pelo professor orientador e/ou certificado	20h
Participação em projeto de pesquisa aprovado na UEMS, mediante atestado de desempenho do acadêmico, assinado pelo professor orientador ou certificado	20h
Membro de grupo de estudo e/ou pesquisa da UEMS ou de outras instituições de Ensino Superior devidamente cadastrado no CNPq mediante relatório de frequência, atestando a participação do(a) estudante, assinado pelo professor líder do Grupo	20h
Participação como ouvinte em bancas de Qualificação e de Defesa de Programa de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> , mediante apresentação de atestado	20h
Participação em Encontros Científicos, Semanas/Jornadas Acadêmicas, Ciclo de Palestras, Palestras, Congressos, Oficinas e outro eventos, oferecidos pela UEMS ou por outras instituições, mediante apresentação de certificado ou atestado de presença	20h
Apresentação de trabalhos em eventos científicos	20h
Publicação de trabalho completo em Anais de evento	20h
Publicação de artigo científico em Periódico qualificado pela CAPES	20h
Publicação de resumo simples ou expandido em Anais de evento	20h
Grupo IV – Atividades de Representação Estudantil	
Participação em entidades estudantis (Diretório Acadêmico Estudantil – DCE e Centro Acadêmico - CA)	20h
Participação como membro efetivo em Conselhos Superiores da UEMS	20h
Grupo V – Outras Atividades Práticas	
Docência na área da educação básica, desde que não contabilizado como aproveitamento para carga horária de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	20h

10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E RESUMO GERAL DA MATRIZ CURRICULAR

O conjunto de disciplinas são integradas por meio dos seus fundamentos, o que representa uma aproximação do “currículo-integração”, conforme Veiga (1997). Essa concepção de currículo ultrapassa a mera sequenciação de conteúdos isolados e fragmentados, atuando como possibilidade de nortear a ação pedagógica, orientada pela prática de pesquisa.

As atividades de natureza teórica e prática devem ser planejadas coletivamente pelo corpo docente do curso, de modo que levem à reflexão, à pesquisa, à unidade no tratamento didático, de forma contextualizada. O planejamento e a execução coletiva das atividades devem permear todo o processo como garantia de aprendizagem do(a) estudante, considerando-se os estudos e acompanhamentos das rotinas pedagógicas.

Com o intuito de alinhar o Ensino Superior à sociedade conectada, cuja tendência é lançar mão dos mais modernos meios de comunicação, busca-se a utilização da educação à distância, por meio de ambiente virtual de aprendizagem, mediante oferta de disciplinas que, no seu todo ou em parte, não exceda quarenta por cento (40%) do tempo previsto para a integralização do respectivo currículo, de acordo com a Portaria MEC nº. 2.117, de 6 de dezembro 2019.

A integralização da carga horária das disciplinas ofertadas parcialmente a distância ocorrerá em conformidade com o plano de ensino, no qual estarão descritas as atividades a serem realizadas que incorporarão o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC.

Quadro 2. Disciplinas do Grupo 1 (Base comum¹³ que compreende os princípios da organização do Projeto Pedagógico do Curso)

Disciplina	Carga Horária (hora-aula)
Filosofia e Educação	102
Sociologia e Educação	102
História da Educação I	68
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	68
Psicologia da Educação I	68
História da Educação II	68
Psicologia da Educação II	68
Política Educacional	68
Didática I	102
Educação Especial	136
Linguagem Científica	68
Leitura e Produção de Texto I	170
Leitura e Produção de Texto II	102
Carga horária total	1.190

Quadro 3. Disciplinas do Grupo 2 (Núcleo que compreende os conteúdos específicos da área de formação do Projeto Pedagógico do curso)

Disciplina	Carga Horária (hora-aula)
Infância, História e Escolarização	68
Currículo: Teorias, Políticas e Práticas	102
Gestão Escolar	68
Educação Não-Formal	68
Educação de Jovens e Adultos	102
Novas Tecnologias e Educação	102
Gênero, Sexualidade e Educação	68
Educação para as relações étnico-raciais	102
Didática II	102
Linguagem e Literatura Infantil	102
Pesquisa em Educação I	68
Pesquisa em Educação II	68
Pesquisa em Educação III	68
Fundamentos Teóricos e Práticos da Educação Infantil	136
Fundamentos Teóricos e Práticos em Alfabetização	136
Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de Língua Portuguesa	136
Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de Matemática	170
Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de História e Geografia	102
Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de Ciências da Natureza	102
Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de Arte	102

¹³ Por base comum neste contexto, compreende-se as disciplinas que poderão ser realizadas em outros cursos de graduação da Instituição, possibilitando com isso o processo de mobilidade acadêmica, desde que aprovadas pelo Colegiado de Curso.

Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino do Movimento	102
Seminário Interdisciplinar I	34
Seminário Interdisciplinar II	34
Cultura e Linguagem Digital na Educação	68
Fundamentos Teóricos e Práticos de Estágio Curricular Supervisionado do Ensino Fundamental ¹⁴	68
Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Creche	34
Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Pré-escola	34
Carga Horária Total	2.346

Quadro 4. Disciplinas do Grupo 3 (Práticas Pedagógicas)

Disciplina e/ou Módulo	Carga Horária
Estágio Curricular Supervisionado	425 horas ¹⁵
Prática como Componente Curricular (distribuída ao longo das disciplinas do Grupo 1 e 2)	425 horas

Quadro 5. Matriz Curricular

Série	Disciplina	Carga horária (hora-aula)					
		Total	Teórica	Prática	EaD	PCC	Extensão
1ª	Filosofia e Educação	102	102	X	X	X	X
1ª	Sociologia e Educação	102	82	X	20	X	X
1ª	História da Educação I	68	68	X	X	X	X
1ª	Psicologia da Educação I	68	68	X	X	X	X
1ª	Infância, História e Escolarização	68	68	X	X	X	X
1ª	Didática I	102	68	X	X	34	X
1ª	Linguagem Científica	68	68	X	X	X	X
1ª	Leitura e Produção de Texto I	170	136	X	X	34	X
1ª	Seminário Interdisciplinar I	34	34	X	X	X	X
Carga Horária Total		782h/a	694h/a	X	20h/a	68 h/a	X
Série	Disciplina	Carga horária (hora-aula)					
		Total	Teórica	Prática	EaD	PCC	Extensão
2ª	História da Educação II	68	68	X	X	X	X
2ª	Psicologia da Educação II	68	68	X	X	X	X
2ª	Didática II	102	68	X	X	34	X
2ª	Política Educacional	68	68	X	X	X	X
2ª	Fundamentos Teóricos e Práticos da Educação Infantil	136	102	X	X	34	X
2ª	Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino do Movimento	102	68	X	X	34	X

¹⁴ A carga horária teórica das disciplinas “Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Creche”; “Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Pré-Escola” e “Fundamentos Teóricos e Práticos de Estágio Curricular Supervisionado do Ensino Fundamental” não são contabilizadas como Estágio Curricular Supervisionado, pois entende-se, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CP nº 02 de 2019 (BRASIL, 2019), que somente a carga prática, entendida como aquela desenvolvida por meio de atividades práticas efetivadas no âmbito das instituições de Educação Básica deve ser consideradas para esse cômputo.

¹⁵ Para esse cálculo de 425 horas-relógio foi contabilizada somente a carga prática de disciplinas de estágio, conforme segue: “Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar” (68h); “Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Creche” (102h); “Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Pré-escola” (102h); “Estágio Curricular Supervisionado em Linguagem I – Alfabetização” (34h); “Estágio Curricular Supervisionado em Linguagem II – Língua Portuguesa” (34h); “Estágio Curricular Supervisionado em Matemática” (68h); “Estágio Curricular Supervisionado em Ciências Humanas e da Natureza” (34h); “Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial” (34h); “Estágio Curricular Supervisionado em Arte e Movimento” (34h). A soma da carga horária prática das disciplinas anteriormente mencionadas totaliza 510 horas-aula que, convertido em hora-relógio, totaliza 425 horas, conforme disposto no Quadro 4.

2ª	Linguagem e Literatura infantil	102	68	X	X	34	X
2ª	Pesquisa em Educação I	68	68	X	X	X	X
2ª	Leitura e Produção de Texto II	102	68	X	X	34	X
2ª	Seminário Interdisciplinar II	34	34	X	X	X	X
2ª	Gestão Escolar	68	68	X	X	X	X
2ª	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar	68	X	68	X	X	X
Carga Horária Total		986h/a	748h/a	68h/a	X	170h/a	X
Série	Disciplina	Carga horária (hora-aula)					
		Total	Teórica	Prática	EaD	PCC	Extensão
3ª	Fundamentos Teóricos e Práticos em Alfabetização	136	102	X	X	34	X
3ª	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	68	68	X	X	X	X
3ª	Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de Matemática	170	136	X	X	34	X
3ª	Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de Arte	102	68	X	X	34	X
3ª	Pesquisa em Educação II	68	68	X	X	X	X
3ª	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Creche	136	34	102	X	X	X
3ª	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Pré-Escola	136	34	102	X	X	X
3ª	Currículo: Teorias, Políticas e Práticas	102	102	X	X	X	X
3ª	Educação Não-Formal	68	68	X	X	X	X
3ª	Cultura e Linguagem Digital na Educação	68	68	X	X	X	X
Carga Horária Total		1.054h/a	748h/a	204h/a	X	102h/a	
Série	Disciplina	Carga horária (hora-aula)					
		Total	Teórica	Prática	EaD	PCC	Extensão
4ª	Pesquisa em Educação III	68	68	X	X	X	X
4ª	Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de História e Geografia	102	68	X	X	34	X
4ª	Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de Ciências da Natureza	102	68	X	X	34	X
4ª	Educação para as Relações Étnico-Raciais	102	102	X	X	X	X
4ª	Educação Especial	136	102	X	X	34	X
4ª	Gênero, Sexualidade e Educação	68	68	X	X	X	X
4ª	Educação de Jovens e Adultos	102	68	X	X	34	X
4º	Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de Língua Portuguesa	136	102	X	X	34	X
4ª	Novas Tecnologias e Educação	102	68	X	34	X	X
4ª	Fundamentos Teóricos e Práticos de Estágio Curricular Supervisionado do Ensino Fundamental	68	68	X	X	X	X
4ª	Estágio Curricular Supervisionado em Linguagem I – Alfabetização	34	X	34	X	X	X

4 ^a	Estágio Curricular Supervisionado em Linguagem II – Língua Portuguesa	34	X	34	X	X	X
4 ^a	Estágio Curricular Supervisionado em Matemática	68	X	68	X	X	X
4 ^a	Estágio Curricular Supervisionado em Ciências Humanas e da Natureza	34	X	34	X	X	X
4 ^a	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial	34	X	34	X	X	X
4 ^a	Estágio Curricular Supervisionado em Arte e Movimento	34	X	34	X	X	X
Carga Horária Total		1224h/a	782h/a	238h/a	34h/a	170h/a	X

Quadro 7. Resumo da Organização Curricular (Licenciatura)

Componentes Curriculares	Carga horária	
	Hora-aula	Hora-relógio
Grupo 1	1.190	991
Grupo 2	2.346	1.955
Atividades Complementares	-	40
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	-	425
Trabalho de Conclusão de Curso	-	100
Atividades Curriculares de Extensão	-	390
Total	3.536	3.901

Quadro 8. Matriz Curricular das Disciplinas e/ou Módulos e Equivalência

PROJETO PEDAGÓGICO EM EXTINÇÃO	CH Total	Série	PROJETO PEDAGÓGICO EM IMPLANTAÇÃO	C/H Total	Série
Filosofia e Educação	136	1 ^a	Filosofia e Educação	102	1 ^a
História da Educação I	68	1 ^a	História da Educação I	68	1 ^a
História da Educação II	68	2 ^a	História da Educação II	68	2 ^a
Sociologia e Educação	102	1 ^a	Sociologia e Educação	102	1 ^a
Psicologia da Educação I	68	1 ^a	Psicologia da Educação I	68	1 ^a
Psicologia da Educação II	68	2 ^a	Psicologia da Educação II	68	2 ^a
Leitura e Produção de Texto I	170	1 ^a	Leitura e Produção de Texto I	170	1 ^a
Leitura e Produção de Texto II	102	2 ^a	Leitura e Produção de Texto II	102	2 ^a
Metodologia Científica	68	1 ^a	Linguagem Científica	68	1 ^a
Didática I	102	1 ^a	Didática I	102	1 ^a
Didática II	102	2 ^a	Didática II	102	2 ^a
Seminário Interdisciplinar I	34	1 ^a	Seminário Interdisciplinar I	34	1 ^a
Seminário Interdisciplinar II	34	2 ^a	Seminário Interdisciplinar II	34	2 ^a
Infância, História e Escolarização	68	1 ^a	Infância, História e Escolarização	68	1 ^a
Política Educacional	68	2 ^a	Política Educacional	68	2 ^a
Fundamentos e Metodologia do Movimento	102	2 ^a	Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino do Movimento	102	2 ^a
Linguagem e Literatura Infantil	102	2 ^a	Linguagem e Literatura Infantil	102	2 ^a
Pesquisa em Educação I	68	2 ^a	Pesquisa em Educação I	68	2 ^a
Pesquisa em Educação II	68	3 ^a	Pesquisa em Educação II	68	3 ^a
Pesquisa em Educação III	68	4 ^a	Pesquisa em Educação III	68	4 ^a
Fundamentos e Metodologia em Libras	68	3 ^a	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	68	3 ^a
Gestão Escolar	102	4 ^a	Gestão Escolar	68	2 ^a

Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar	68	4 ^a	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar	68	2 ^a
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Artes	102	2 ^a	Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de Arte	102	3 ^a
Fundamentos e Metodologia de Alfabetização	102	3 ^a	Sem equivalência	-	-
Sem equivalência	-	-	Fundamentos Teóricos e Práticos em Alfabetização	136	3 ^a
Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Pré-escola	136	3 ^a	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Pré-escola	136	3 ^a
Educação Não-Formal	68	4 ^a	Educação Não-Formal	68	3 ^a
Currículo: Teorias, Políticas e Práticas	68	3 ^a	Sem equivalência	-	-
Sem equivalência	-	-	Currículo: Teorias, Políticas e Práticas	102	3 ^a
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	102	3 ^a	Sem equivalência	-	-
Sem equivalência	-	-	Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de Língua Portuguesa	136	4 ^a
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Matemática	136	3 ^a	Sem equivalência	-	-
Sem equivalência	-	-	Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de Matemática	170	3 ^a
Educação Especial	68	3 ^a	Sem equivalência	-	-
Sem equivalência	-	-	Educação Especial	136	4 ^a
Sem equivalência	-	-	Novas Tecnologias e Educação	102	4 ^a
Novas Tecnologias e Educação	68	4 ^a	Sem equivalência	-	-
Sem equivalência	-	-	Cultura e Linguagem Digital na Educação	68	3 ^a
Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil	68	2 ^a	Sem equivalência	-	-
Sem equivalência			Fundamentos Teóricos e Práticos da Educação Infantil	136	2 ^a
Educação Escolar Indígena	68	4 ^a	Sem equivalência		
Sem equivalência	-	-	Fundamentos Teóricos e Práticos de Estágio Curricular Supervisionado do Ensino Fundamental	68	4 ^a
Estágio Curricular Supervisionado na 1 ^a etapa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Alfabetização	68	4 ^a	Sem equivalência	-	-
Estágio Curricular Supervisionado na 2 ^a etapa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	136	4 ^a	Sem equivalência	-	-
Fundamentos e Metodologia do Ensino de História e Geografia	68	4 ^a	Sem equivalência	-	-
Sem equivalência	-	-	Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de História e Geografia	102	4 ^a
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências Naturais	68	4 ^a	Sem equivalência	-	-
Sem equivalência	-	-	Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de Ciências da Natureza	102	4 ^a
Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil – Berçário	34	3 ^a	Sem equivalência	-	-
Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil – Maternal	34	3 ^a	Sem equivalência	-	-
Sem equivalência	-	-	Estágio Curricular Supervisionado	136	3 ^a

			em Educação Infantil: Creche		
Educação e Diversidade: raça/etnia e gênero	102	4 ^a	Sem equivalência	-	-
Sem equivalência	-	-	Educação para as relações étnico-raciais	102	4 ^a
Sem equivalência	-	-	Gênero, Sexualidade e Educação	68	4 ^a
Educação de Jovens e Adultos	68	4 ^a	Sem equivalência	-	-
Sem equivalência	-	-	Educação de Jovens e Adultos	102	4 ^a
Sem equivalência	-	-	Estágio Curricular Supervisionado em Matemática	68	4 ^a
Sem equivalência	-	-	Estágio Curricular Supervisionado em Linguagem I – Alfabetização	34	4 ^a
Sem equivalência	-	-	Estágio Curricular Supervisionado em Linguagem II – Língua Portuguesa	34	4 ^a
Sem equivalência	-	-	Estágio Curricular Supervisionado em Ciências Humanas e da Natureza	34	4 ^a
Sem equivalência	-	-	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial	34	4 ^a
Sem equivalência	-	-	Estágio Curricular Supervisionado em Arte e Movimento	34	4 ^a

11. PLANO DE IMPLANTAÇÃO E ADEQUAÇÕES CURRICULARES

O novo Projeto Pedagógico será implantado a partir do ano letivo de 2022, para as turmas ingressantes no processo de seleção, de acordo com as normas da instituição. As disciplinas que se encontrarem em processo de extinção serão ofertadas entre 2022 e 2024, para os(as) estudantes matriculados até o ano de 2021, período este no qual o Projeto Pedagógico anterior ainda terá vigência.

12. EMENTÁRIO, OBJETIVOS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS¹⁶

1^a SÉRIE

FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

Ementa:

Conceito, origem e análise crítica da filosofia da educação. Correntes e períodos históricos da Filosofia. Os Pré-socráticos. A Filosofia Clássica. A Filosofia Medieval. A Filosofia Moderna: teorias do conhecimento. O Marxismo, o mundo do trabalho e a escola. Teoria Crítica e Educação. Indústria cultural, ideologia e alienação. Pós-modernidade: o pensamento filosófico e pedagógico.

Objetivos:

- Conhecer a origem e a necessidade da Filosofia para a condição humana;
- compreender a trajetória histórica da filosofia;
- ampliar o entendimento acerca da relação entre filosofia, conhecimento e educação;
- reconhecer o pensamento filosófico nas tendências pedagógicas da educação brasileira;

¹⁶ A ordem de apresentação de ementário, objetivos e bibliografia das disciplinas está organizada conforme seriação do curso.

- compreender a necessidade de razão e lógica, assim como da ética e bem viver nas relações humanas.

Bibliografia Básica:

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
 CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2001.
 SAVIANI, D. **Do senso comum a consciência filosófica**. 14 ed., São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar:

COMENIUS, J. A. **Didática Magna**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
 FREIRE, P., **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
 GADOTTI, M. **Concepção dialética da Educação: Um estudo introdutório**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
 PLATÃO. **A República**. 9. ed., Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 2006.
 SANT'ANA, J. V. B. Descolonização, reinvenção escolar e filosofia africana. Ubuntu: uma relação possível. **Revista Três Pontos**, v. 12, n. 1, jan./jun., 2015.

SOCIOLOGIA E EDUCAÇÃO

Ementa:

Análise das dimensões do processo educativo a partir das contribuições da Sociologia, particularmente no que se refere às suas dimensões culturais e aos processos de socialização. Debate das questões relativas tanto aos determinismos a que estão submetidos os sujeitos sociais, quanto às possibilidades de mudança social. Socialização e as Instituições Sociais. Cultura e identidade. Determinismos sociais e a ideia de mudança social. As interações sociais: escola, família e comunidade.

Objetivos:

-Analisar as dimensões do processo educativo a partir das contribuições da Sociologia, particularmente no que se refere às suas dimensões culturais e aos processos de socialização;
 -debater as questões relativas tanto aos determinismos a que estão submetidos os sujeitos sociais quanto às possibilidades de mudança social.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, A. B.; SILVA, W. C. L. (org.). **Sociologia e Educação: leituras e interpretações**. São Paulo: Avercamp, 2006.
 GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Penso, 2012.
 ABRAMOVAY, M. (coord); CUNHA, A. L.; CALAF, P. P. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: RITLA, 2010.

Bibliografia Complementar:

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2008.
 DURKHEIM, É. **Sociologia e Educação**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.
 MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
 RODRIGUES, A. T. **Sociologia da educação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
 WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2011.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO I

Ementa:

Experiências educacionais no Ocidente. Diferentes fases, formas e características da educação e do sistema de ensino no tempo e espaço. A educação na Idade Antiga: a história da educação entre Grécia e Roma. A educação na Idade Média: a história da educação no Ocidente Medieval. A educação na Idade Moderna: a bíblia, a imprensa e a universidade. Reforma, Contrarreforma e Educação. A

história da educação entre o Renascimento e o Iluminismo. Revolução Industrial e Educação. Formação dos sistemas de ensino: o século XVIII como paradigma explicativo. Por uma educação universal: séculos XIX e XX.

Objetivos:

- Conhecer a forma de organização das sociedades nos diferentes períodos da história da humanidade, identificando os principais fundamentos históricos da educação;
- relacionar e diferenciar formas de educação e sistemas educacionais;
- associar e compreender o que é uma instituição de ensino, quem são seus profissionais, como se definem seus conteúdos programáticos e de que maneira se formam seus públicos;
- reconhecer as diferenças étnicas, de gênero, condição socioeconômicas e culturais;
- adquirir habilidades e competências para diferenciar situações históricas e construir entre os discentes aptidões para resolver problemas, construir soluções e inovar em seu cotidiano;
- construir competência profissional, ao articular conhecimentos, práticas e engajamentos na diferenciação de situações históricas que plasmaram diferentes experiências educacionais e favoreceram a construção de sistemas de ensino peculiares entre os Estados-nacionais.

Bibliografia Básica:

- CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- GAUTHIER, C.; TARDIF, M. (org.). **A Pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MANACORDA, M. A. **História da educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Bibliografia Complementar:

- MACEDO, J. R. (org.). **O pensamento africano no século XX**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.
- MARROU, H-I. **História da educação na antiguidade**. Campinas: Kirion, 2017.
- NUNES, R. A. C. **História da educação na Idade Média**. Campinas: Kirion, 2018.
- ROD, W. **O caminho da filosofia**. Brasília: Editora UnB, 2008, 2v.
- SEWELL JÚNIOR., W. H. **Lógicas da História: teoria social e transformação social**. Petrópolis: Vozes, 2017.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I

Ementa:

Introdução à Psicologia científica. Abordagens teóricas centrais. Principais conceitos em Psicologia e sua interface com a educação. Contribuições da Psicologia para o campo educacional.

Objetivos:

- Compreender a psicologia como ciência, seu conceito e sua trajetória histórica;
- reconhecer os princípios e concepções teóricas da Psicologia;
- conhecer a diversidade das tendências em Psicologia;
- refletir sobre as contribuições da Psicologia para a prática docente.

Bibliografia Básica:

- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CARRARA, K. (org.). **Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens**. São Paulo: Avercamp, 2004.
- RAPPAPORT, C. R.; FIORI, W. R.; DAVIS, C. **Psicologia do desenvolvimento: conceitos fundamentais**. São Paulo: EPU, 1982.

Bibliografia Complementar:

- CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da aprendizagem**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- KAHHALE, E. M. P. (org.). **A diversidade da Psicologia: uma construção teórica**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIAGET, J.; INHELDER, B. **A psicologia da criança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2006.
 PATTO, M. H. **Introdução à psicologia do escolar**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
 RAMOZZI-CHIAROTTINO, Z. **Psicologia e epistemologia genética de Jean Piaget**. São Paulo: EPU, 1988.

INFÂNCIA, HISTÓRIA E ESCOLARIZAÇÃO

Ementa:

Destacar as contribuições de Rousseau, Pestalozzi, Froebel, Comênio para o conceito de infância. História da infância e de sua escolarização no mundo e Brasil. História das creches, jardins, pré-escolas e das instituições de acolhimento como orfanatos e asilos no cenário brasileiro.

Objetivos:

- Conhecer subsídios acerca da infância a partir da Idade Média até a sociedade contemporânea;
- compreender e relacionar os pensadores que influenciaram a Educação Infantil no mundo e suas contribuições, promovendo a articulação entre teoria e prática;
- analisar o desenvolvimento das concepções pedagógicas na Educação Infantil no Brasil e no mundo.

Bibliografia Básica:

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
 PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2006.
 VIDAL, D. G. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2005.

Bibliografia Complementar:

ALENCAR, A.V. **Código de menores: comparações, anotações, história**. Brasília: Senado Federal, 1984.
 CERRI, L. F. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
 MONARCHA, C. R. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. *In*: VASCONCELLOS, V. M. (org.). **Educação da infância: história e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 101-140.
 PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Editora USC, 2005.
 SOUZA, E. C. **Documentação, história e memória da educação no Brasil**. Tubarão: Copiart, 2016.

DIDÁTICA I

Ementa:

Conceito de Didática e seu papel na formação de professores, relacionando-a com a configuração do campo da pedagogia. Contexto histórico da Didática. Tendências pedagógicas ou teorias do ensino. A Escola e a organização do trabalho pedagógico. Planejamento escolar. Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem.

Objetivos:

- Compreender a natureza dos conhecimentos da Didática em relação ao campo da Pedagogia;
- conhecer o histórico da constituição da Didática no Brasil e seu papel na formação de professores;
- analisar as teorias educacionais e relacioná-las às práticas educacionais em execução nas escolas;
- identificar etapas do planejamento escolar, compreendendo-o como um momento de um processo contínuo da ação docente que abrange a organização de espaços e tempos para dinamizar o trabalho de sala de aula, em articulação ao contexto histórico-social de desenvolvimento das práticas educativas;
- compreender a avaliação da aprendizagem como um processo de acompanhamento, que sustenta o planejamento e que requer aplicação de procedimentos que possam subsidiar e garantir efetivamente os processos progressivos de aprendizagem e de recuperação contínua dos estudantes;

- desenvolver pesquisas no campo da didática para contribuição de um perfil pesquisador na formação de professores.

Bibliografia Básica:

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 34. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

Bibliografia Complementar:

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a Pedagogia Histórico Crítica**. Campinas: Autores Associados, 2002.

MARIN, A. J. Didática geral. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. **Caderno de Formação: formação de professores didática geral**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 16-32, v. 9.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

VEIGA, I. P. A. **Didática: o ensino e suas relações**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

VEIGA, I. P. A (org.). **Técnicas de ensino: porque não?**. 21. ed. Campinas: Papyrus, 2011.

LINGUAGEM CIENTÍFICA

Ementa:

Introdução à linguagem científica. Ciência e senso comum, escola e universidade. A organização da vida de estudos na Universidade. A documentação como método de estudo pessoal. Técnicas de leitura de textos acadêmicos (internalista e externalista). Redação de textos: fichamento, resumo e resenha. Formatação de textos (normas da ABNT): como fazer citações e referências bibliográficas.

Objetivos:

- Conhecer estratégias de estudo e técnicas de leitura e de escrita de textos acadêmico-científicos: fichamento, resumo e resenha;
- refletir sobre noções introdutórias acerca da pesquisa em educação;
- analisar principais quesitos para produção e divulgação do conhecimento científico, com ênfase na área da educação.

Bibliografia Básica:

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, I. B. **O prazer da produção científica – descubra como é fácil e agradável elaborar trabalhos acadêmicos**. 12. ed. São Paulo: Hagnos, 2001.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

FEITOSA, V. C. **Redação de textos científicos**. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

GALLIANO, A. G. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1979.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO I

Ementa:

Noções de leitura. Produção e reestruturação de textos diversos. Tópicos gramaticais. Interpretação de textos diversos. Qualidades de um bom texto. Unidade semântica e parágrafo. Textualidade: a coerência textual; a coesão textual; tipologia e gêneros textuais. Gêneros literários narrativos: tema;

motivos; motivação; sequenciação cronológica na narrativa; focalização; vozes presentes na narrativa (autor, narrador, narratário, personagens); espaço; ambiente, ambientação; tempo. Gênero Lírico (introdução): Estrutura da lírica clássica e moderna; leitura e interpretação de textos em verso. Leitura e escrita na era digital.

Objetivos:

- Compreender as diferentes concepções de leitura, de gêneros discursivos e de contextos de interação, a partir de gêneros discursivos/textuais diversos, por meio da prática de leitura e de produções textuais;
- desenvolver a aquisição de conhecimentos relativos à leitura e produção de texto no contexto pragmático da produção de enunciados, sendo capaz de produzir, interpretar e revisar a produção textual;
- desenvolver o pensamento crítico, científico e criativo a partir da leitura e interpretação de textos literários;
- apreender, apreciar e julgar o valor estético de uma obra literária;
- compreender e usar as mídias e plataformas digitais como meio de comunicação, expressão e compartilhamento de conhecimento.

Bibliografia Básica:

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6.ed. 2011. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
 GERALDI, J. W. et al. (org.). **O texto na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.
 KOCH, I. G. V. **Desenvolvendo os segredos dos textos**. 7. ed. 2011. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

- BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
 CÂNDIDO, A. **Na sala de aula: caderno de análise literária**. 8.ed. São Paulo: Ática, 2005.
 GANCHO, C. V. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Ática, 2000.
 GOLDSTEIN, N. **Versos, sons e ritmos**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2001.
 KOCH, I. G. V; TRAVAGLIA, C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1993.
 ROJO, R. et al. **Escol@ conectada [recurso eletrônico]: os multiletramentos e as TIC's**. São Paulo: Parábola, 2020.

SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR I

Ementa:

Temas interdisciplinares e relevantes que envolvam discussões sobre a educação articulada ao desenvolvimento humano, na perspectiva da práxis.

Objetivo:

- Refletir sobre temas relacionados à educação, com vistas à integração da proposta pedagógica do curso.

Bibliografia Básica:

- BRANDÃO, C. R. **O que é educação, o que é pedagogia, o que é universidade?** São Paulo, Boitempo. 2011.
 MIZUKAMI, M. G. N. **Formação de professores, práticas pedagógicas e escola**. São Carlos, SP: UFScar, 2002
 PIMENTA, S. G. **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

- BIROLI, F. **Gênero e desigualdade: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
 HADDAD, S. **A educação entre os direitos humanos**. Campinas, Autores Associados, 2006.
 HERNÁNDEZ, F. **A pedagogia de projetos: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PERRENOUD, P. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso** 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCHILLING, F. **Sociedade da insegurança e da violência na escola**. São Paulo: Summus, 2014.

2ª SÉRIE

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO II

Ementa:

A educação no período colonial. O sistema escolar brasileiro no século XIX. A República e os ideais reformistas. A educação e a organização da sociedade entre os anos 1930 e 1960. O período da ditadura civil-militar (1964-1985) e as mudanças na educação.

Objetivos:

- Reconhecer as principais características da educação no período colonial;
- analisar a educação no período imperial e os projetos de constituição do sistema escolar;
- discutir principais reformas e a organização da educação brasileira no período republicano;
- refletir sobre permanências, mudanças e disputas nos diversos momentos históricos de constituição do sistema escolar brasileiro.

Bibliografia Básica:

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SAVIANI, D. *et al* (org.). **O legado educacional do século XIX no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2014.

SOUZA, R. F. **Alicerces da pátria: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

Bibliografia Complementar:

ALONSO, A. **Idéias em movimento: a geração 1870 da crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010.

SOUZA, R. F.; CELESTE FILHO, M.; MESQUITA, I. M. **História e memória da educação rural no século XX**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. L. C. (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II

Ementa:

Contribuições da Psicologia da educação para a prática educativa, enfatizando-se: identidade e diversidade, aprendizagem, indisciplina, dificuldade de ensinagem/aprendizagem, escola, família, comunidade, educação integral e adoecimento profissional. Principais teorias psicológicas do desenvolvimento humano e da aprendizagem (aspectos biológicos, cognitivos, emocionais e sociais), bem como suas contribuições para área da educação. A relação entre Educação e Sociedade e os principais desafios para a educação escolar no Brasil, a partir de uma perspectiva psicológica que considere os princípios da diversidade, da Educação Inclusiva e dos Direitos Humanos.

Objetivos:

- Refletir sobre contribuições da Psicologia para a compreensão do desenvolvimento humano;
- conhecer os principais aspectos do desenvolvimento humano, a partir de diferentes abordagens teórico-metodológicas da Psicologia, com ênfase no ensino-aprendizagem;

- compreender a inter-relação entre aspectos biológicos, cognitivos, emocionais e sociais para o processo de ensino-aprendizagem, considerando-se o estudante na perspectiva biopsicossocial; e
- problematizar as contribuições da Psicologia para o acesso e a progressão nos estudos, bem como para a apropriação dos conhecimentos curriculares, em conformidade com os princípios do respeito à diversidade, da Educação Inclusiva e dos Direitos Humanos.

Bibliografia Básica:

- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Bibliografia Complementar:

- CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da aprendizagem**. 40 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- PIAGET, J.; INHELDER, B. **A psicologia da criança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2006.
- RAMOZZI-CHIAROTTINO, Z. **Psicologia e epistemologia genética de Jean Piaget**. São Paulo: EPU, 1988.
- VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DIDÁTICA II

Ementa:

Planejamento de ensino e de aula para Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental: compreensão de que diferentes concepções sobre desenvolvimento infantil e educação incidem em diferentes organizações do ensino. Trabalho do professor no Espaço Escolar. Práxis docente em diferentes espaços escolares. Didática e diversidade cultural. Fracasso escolar. O fenômeno da Violência e a produção da (In)disciplina. Avaliação do processo Ensino/Aprendizagem.

Objetivos:

- Conhecer subsídios teóricos para elaboração de planejamento da prática docente na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental;
- analisar e elaborar propostas de avaliação do processo de aprendizagem;
- refletir sobre a avaliação da prática docente;
- desenvolver conhecimentos para compreensão do fenômeno fracasso escolar e indisciplinada na sala de aula;
- refletir sobre o papel do professor no ambiente informatizado, assim como propor metodologias para elaboração didática no uso de recursos tecnológicos em sala de aula.

Bibliografia Básica:

- MACEDO, M. C.S.R. **Vigotski e a avaliação da aprendizagem escolar**. Curitiba: Appris, 2020.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- SAVIANI, N. **Saber escolar, currículo e didática**. 6. ed., Campinas: Autores Associados, 2010.

Bibliografia Complementar:

- ABRAMOWICZ, A.; BARBOSA, L. M. A.; SILVÉRIO, V. R. (org.). **Educação como prática da diferença**. Campinas: Autores Associados, 2006.
- AQUINO, J. G. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003.
- BARBOSA, M. V.; MILLER, S.; MELLO, S. A. (org.). **Teoria Histórico Cultural: questões fundamentais para a educação escolar**. Marília: Cultura Acadêmica, 2016.
- DUARTE, N. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
- ENS, R. T. (org.). **Trabalho do professor no espaço escolar**. Curitiba: Champagnat, 2016.

POLÍTICA EDUCACIONAL

Ementa:

Noção de Estado. Concepções de Estado. Conceito de Política e de Política Pública. A educação como uma política pública. A Educação como um Direito Humano. Globalização e Políticas Educacionais. A emergência da Sociedade do Conhecimento. A Educação na legislação nacional a partir da Constituição de 1988. Política Educacional no Brasil para a Educação Básica a partir da Constituição de 1988. Reforma do Estado brasileiro e as Reformas da Educação Básica a partir da década de 1990 e seu cenário no século XXI. Políticas educacionais, necessidades básicas ou essenciais de aprendizagem e o direito de aprender. Políticas Educacionais e os Organismos Internacionais. Organização dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais e as experiências internacionais. Qualidade total e social da educação. Implantação de Políticas Educacionais. Política nacional de avaliação para a educação básica e desempenho escolar. Políticas de Financiamento. Políticas de Formação de Professores. Educação e Direitos Humanos. Políticas Educacionais e desigualdades. A educação no Brasil e a luta pela equidade.

Objetivos:

- Contextualizar histórica, social e politicamente a organização da educação brasileira;
- entender a educação como uma política pública;
- compreender os processos de implantação e implementação de Políticas Educacionais;
- desenvolver o conhecimento crítico e a análise das perspectivas dos projetos de governo e Políticas de Estado nas recentes reformas da educação;
- compreender as influências dos organismos internacionais nas políticas educacionais no Brasil;
- reconhecer e compreender a educação como um direito humano.

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2004.
 DUARTE, N. **Vigotski e “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. São Paulo: Editores Associados, 2001.
 PLATÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002. Tradução Enrico Convirsieri.

Bibliografia Complementar:

AFONSO, A. J. **Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
 BURBULES, N. C.; TORRES, C. A. (org.). **Globalização e Educação: Perspectivas Críticas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
 SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação — LDB: Trajetória, limites e perspectivas**. 10 ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
 SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
 WEFFORT, F. **Os clássicos da política**. São Paulo. Editora Ática. 1991.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ementa:

Aspectos sobre o histórico da educação infantil no Brasil. Função e papel da creche e da pré-escola. A especificidade do trabalho pedagógico em creches e pré-escolas: brincar, cuidar e educar. O perfil e a identidade do profissional de educação infantil. Fundamentos para planejamento na educação infantil: propostas para o desenvolvimento da personalidade, sentimentos e controle de conduta; as diversas formas de linguagem da criança e a linguagem oral e escrita; propostas para o desenvolvimento sensorial da criança (propriedades dos objetos, orientação no espaço e no tempo, percepção do desenho); propostas para o desenvolvimento da memória, atenção e imaginação. Rotina: espaço e o tempo nas instituições de educação infantil. Avaliação: a observação e o registro.

Objetivos:

- Identificar as especificidades do trabalho pedagógico desenvolvido na educação infantil, perante as exigências legais e os novos condicionalismos colocados pelos contextos sociais de trabalho;
- desenvolver a compreensão da necessidade de continuidade e de sistematicidade do trabalho pedagógico nessa etapa e as consequências do amadorismo e da improvisação para educação infantil;
- reconhecer a interdependência entre o contexto onde ocorrerá a prática pedagógica, as características de desenvolvimento da criança atendida, o conteúdo do ensino e a organização das interações para a constituição do método didático na educação infantil;
- constituir conhecimentos profissionais no que se refere a brincar, cuidar e educar, bem como sobre a organização do espaço e do tempo nas instituições de educação infantil;
- compreender os princípios didáticos de planejamento, encaminhamento e avaliação de propostas pedagógicas que tenham como referência os eixos estruturantes de brincadeiras e interações.

Bibliografia Básica:

- BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força:** rotinas na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. (org.). **Educação Infantil:** pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.
- FREIRE, P. **Professora sim, tia não:** cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho d'água, 1997, 84 p.

Bibliografia Complementar:

- ABRAMOWICZ, A.; WAJSKOP, G. **Creches:** atividades para crianças de zero a seis anos. São Paulo: Moderna, 1995.
- CERISARA, A. B. **Professoras de educação infantil:** entre o feminino e o profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- FARIA, A. L. G. O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia infantil. *In:* FARIA, A. L. G. e PALHARES, M. (org.). **Educação infantil pós - LDB:** rumos e desafios.
- GUIMARÃES, C. M.; CARDONA, M. J.; OLIVEIRA, D. R. (org.). **Fundamentos e Práticas da Avaliação na Educação Infantil.** Porto Alegre: Mediação, 2014.
- KUHLMANN JÚNIOR, M. Educação infantil e currículo. *In:* FARIA, A. L. G., PALHARES, M. S. (org.). **Educação infantil pós-LDB:** rumos e desafios. Campinas: Autores Associados, 2000.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DO ENSINO DO MOVIMENTO**Ementa:**

Contexto histórico das práticas de movimento no interior da escola, sua realidade e contradições. O papel do corpo e do movimento no contexto educacional e escolar. Concepções do trabalho pedagógico com o movimento no âmbito escolar. Questões de gênero no trabalho pedagógico com o movimento nas instituições escolares de educação infantil e de ensino fundamental. A organização de atividades como cultura corporal para crianças de Educação Infantil e de Ensino Fundamental. Princípios didáticos para o planejamento e avaliação de atividades de movimento.

Objetivos:

- Desenvolver a reflexão crítica sobre o corpo, o movimento e seu lugar na educação;
- conhecer aspectos históricos e culturais da prática pedagógica no âmbito da corporeidade e do movimento;
- identificar as diferentes concepções no trabalho pedagógico com o movimento e os princípios que regem o planejamento da prática pedagógica em cada uma delas;
- compreender aspectos didáticos do trabalho pedagógico com o movimento na Educação Infantil e no Ensino Fundamental;
- conhecer e vivenciar práticas de expressão corporal e de movimento, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas.

Bibliografia Básica:

- ALTMANN, H. MARIANO, M.; UCHOGA, L. A. R. Corpo e movimento: produzindo diferenças de gênero na educação infantil. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 272-301, abr./jun. 2012.
- DARIDO, S. C. Diferentes Concepções sobre o Papel da Educação Física na Escola. *In*: DARIDO, S. C. (Org.). **Cadernos de Formação: Conteúdos e Didática de Educação Física**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, v. 1, p. 34-50.
- WAYSOP, G. **Brincar na pré-escola**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar:

- DARIDO, S. C. Educação Física Na Escola: Realidade, Aspectos Legais e Possibilidades. *In*: DARIDO, S. C. (org.). **Cadernos de Formação: Conteúdos e Didática de Educação Física**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, v. 1, p. 21-33.
- DORNELLES, L.V. Na escola infantil todo mundo brinca se você brinca. *In*: CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. P. S. (org.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 101-108.
- MOYLES, J. R. **Só Brincar?** O papel do brincar na Educação Infantil. Trad. Maria Adriana Veronese. Porto Alegre. Artmed, Editora. 2002.
- SOUZA, A. A. R.; OLIVEIRA, A. A. B. Estruturação da capoeira como conteúdo da Educação Física no ensino fundamental e médio. **Revista da Educação Física**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 43-50, 2001.
- SOUSA, E. S.; ALTMANN, H. Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos Cedes**, ano 19, n. 48, p.52-68, 1999.

LINGUAGEM E LITERATURA INFANTIL**Ementa:**

A literatura infantil como forma de acesso às dimensões lúdicas, emotivas, imaginativas, metafóricas e paradoxais da linguagem, e sua diferença, seus impasses e problemas em relação à produção de livros e de outros suportes na produção cultural para crianças. O potencial transformador e humanizador da literatura, assim como seu papel na formação de leitores. Autores e livros de literatura infantil no processo de constituição histórica do gênero em suas relações com o conceito de infância, com a escola e com o mercado editorial. Os gêneros narrativos e poéticos na produção de literatura infantil. A linguagem poética de bebês e crianças na co(n)formação da leitura literária. As práticas de leitura literária para o desenvolvimento do senso estético para fruição no ensino escolar de leitura, formação do gosto literário e formação de leitores. Práticas de leitura e contação de histórias no ensino escolar de literatura infantil. O papel da família e da biblioteca na promoção da leitura de literatura infantil. Cultura digital, interação multimidiática e multimodal, suporte e os novos modos de ler literatura infantil.

Objetivos:

- Reconhecer e problematizar o conceito de literatura infantil, em sua relação com os problemas e impasses constitutivos do gênero;
- compreender a função social da leitura de literatura infantil em comparação com outros gêneros, para formação de leitores e como fator de humanização;
- situar historicamente a literatura infantil universal e brasileira, destacando autores e livros do gênero;
- analisar livros de literatura infantil em sua materialidade, nos gêneros narrativos e poéticos e reconhecendo o aspecto pedagógico ou artístico do texto;
- analisar criticamente a prática de ensino da leitura de literatura infantil vigente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- compreender a especificidade do ensino da leitura em relação à especificidade da literatura e da leitura literária;
- refletir sobre a formação do gosto do leitor, nas diferentes instâncias legitimadoras do gênero, como família e biblioteca;

- comparar os modos de ler na cultura digital e na cultura impressa em relação à literatura infantil.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
 CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Conversações com Jean Lebrun. 1ª reimpressão. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora UNESP, 1998.
 HUNT, P. **Crítica, teoria e literatura infantil**. São Paulo: COSAC & NAIFY, 2011.

Bibliografia Complementar:

COELHO, N. N. **Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil**. São Paulo: EDUSP, 1995.
 COSSON, R. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2011.
 COSTA, M. M. **Metodologia do ensino da Literatura Infantil**. Curitiba: Ibpex, 2007.
 DALVI, M. A. **Leitura de literatura na escola**. São Paulo: Parábola, 2015.
 TATAR, M. (Org.). **Contos de fadas**. 2. ed. comentada e ilustrada. Rio de Janeiro: Zahar, 2013 (Clássicos Zahar).
 SERRA, E. D. A. **30 anos de literatura para crianças e jovens: algumas leituras**. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil, 1998.

PESQUISA EM EDUCAÇÃO I

Ementa:

O que é conhecer e os tipos de conhecimento. Definição e concepção de ciência. Ciência, ideologia e o mito da neutralidade científica. O que é pesquisa e os seus tipos básicos: abordagem qualitativa e quantitativa. Demonstrar etapas dos principais tipos de pesquisa na área da educação: bibliográfica; documental; estudo de caso; etnográfica; pesquisa-ação; participante; empírica; e *ex-post-facto*. Professor pesquisador: pesquisa como princípio educativo.

Objetivos:

- Compreender a pesquisa científica na área da educação;
- conhecer os principais tipos de pesquisa na área da educação;
- refletir sobre o papel da pesquisa científica no processo da formação e da prática docente.

Bibliografia Básica:

ANDRÉ, M. (org.). **O Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2012.
 GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar:

ALVES-MAZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.
 DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.
 GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
 LÜDKE M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 2010.
 SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO II

Ementa:

Revisão de enunciados a partir de aspectos de coesão, coerência, clareza, concisão, consistência e progressão temática. A organização do pensamento lógico. A estruturação sintática do texto:

pressupostos e subentendidos. Estrutura do texto dissertativo. Textos argumentativos. Defeitos de argumentação (sofismas). Consistência argumentativa. Conectivos de argumentação. Noções de leitura e produção de textos científicos. A paráfrase e outros aspectos intertextuais. A estrutura do texto científico.

Objetivos:

- Refletir sobre a prática de leitura e produção textual de textos científicos diversos fundados na dissertação e argumentação;
- desenvolver o pensamento argumentativo em consonância com a ética e os direitos humanos e socioambientais;
- ler e produzir textos do discurso científico de gêneros diversificados, de modo a desenvolver o pensamento crítico e autônomo.

Bibliografia Básica:

- FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência Textuais**. São Paulo: Ática, 2003.
 GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
 KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia Complementar:

- ABREU, A. S. **A arte de argumentar**. São Paulo: Ateliê editorial, 2004.
 CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: Pontes, 1991.
 KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.
 ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 9. ed. 2012. São Paulo: Cortez, 2012
 SAVIOLI, F. P.; FIORIN, J. L. **Lições de texto**. São Paulo: Ática, 1996.

SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR II

Ementa:

Temas interdisciplinares e relevantes que envolvam discussões sobre a educação articulada ao desenvolvimento humano, na perspectiva da práxis.

Objetivo:

- Refletir sobre temas relacionados à educação, com vistas à integração da proposta pedagógica do curso.

Bibliografia Básica:

- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 42ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010
 GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997
 PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar:

- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 36 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
 2018.
 FONTANA, R. A. C. **Mediação pedagógica na sala de aula**. Campinas: Autores Associados, 2000.
 BRABO, T. S. A. M. **Direitos humanos, educação e participação popular**. Marília, SP: Oficina Universitária, 2014.
 LURIA, A. R. LEONTIEV, A., VYGOTSKY, L. S. (org.). **Psicologia e Pedagogia: Bases Psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2007.
 SILVA, P. V. B.; LOPES, J. E.; CARVALHO, A. (org.). **Por uma escola que protege: a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes**. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2008

GESTÃO ESCOLAR

Ementa:

Teorias da administração no sistema capitalista. Princípios e normas fundamentais da administração pública. A administração pública no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988. Reforma do Estado e gestão pública. Reformas educacionais e organização administrativa do ensino brasileiro. A Gestão da Educação Básica e a legislação educacional. A proposta da construção de um Sistema Nacional de Ensino. Teorias e práticas das organizações educacionais. A gestão educacional e o projeto político pedagógico da escola. A organização do trabalho administrativo e pedagógico na escola. Gestão democrática escolar. Desafios e perspectivas da gestão na Educação Básica: currículo, financiamento e avaliação. Articulação dos fundamentos teóricos da gestão na Educação Básica, abordados em sala de aula, com as práticas a serem desenvolvidas no campo do estágio supervisionado.

Objetivos:

- Dialogar sobre a organização do trabalho no sistema capitalista e a organização do trabalho na escola;
- compreender as relações administrativas e pedagógicas no interior do espaço escolar;
- compreender a organização e execução do trabalho pedagógico da escola;
- observar o trabalho pedagógico da escola, possibilitando o conhecimento das atribuições inerentes ao (à) pedagogo (a), no âmbito da escola pública;
- observar e acompanhar os processos de gestão educacional em instituições públicas, que desenvolvam projetos educativos para a Educação Básica;
- pensar, discutir e construir na prática cotidiana as perspectivas voltadas para a gestão democrática da escola pública;
- refletir sobre a organização de propostas de intervenção na realidade escolar;
- estreitar o diálogo entre a teoria e prática, no que tange à gestão escolar na Educação Básica.

Bibliografia Básica:

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (org.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002, 166p.

OLIVEIRA, D. A. (org.) **Gestão Democrática da Educação: Desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 2009, 283p.

PARO, V. H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Editora Ática, 2002, 119p.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, N. S. C. (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo, Cortez, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria/prática**. Goiânia: Editora do Autor, 2013.

LIMA, L. C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 15-28, mar./abr. 2018.

LÜCK, H. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-34, jun. 2000.

VIEIRA, S.; DEVIS, C. (org.). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR**Ementa:**

Observação e análise de situações de gestão educacional na Educação Básica. Organização do trabalho administrativo e pedagógico na escola. A implementação das políticas educacionais e o dia a dia da escola. A Gestão democrática e participativa. As redes de proteção e suas relações com a educação. As práticas de trabalho do coordenador pedagógico e do diretor escolar em escola pública e suas articulações com as instâncias do Sistema de Ensino. O projeto político pedagógico da escola e suas relações com o processo de ensino e aprendizagem.

Objetivos:

- Observar o trabalho pedagógico da escola, conhecendo as atribuições inerentes ao pedagogo, no âmbito da gestão da escola pública;
- observar e acompanhar os processos de gestão educacional em instituições públicas, que desenvolvam projetos educativos para Educação Básica;
- desenvolver a reflexão crítica de alternativas para o trabalho de gestão, em diferentes espaços educativos, considerando a realidade do atual contexto educacional e seus desafios, problemas e dificuldades;
- conhecer e utilizar formas de uso de registros como princípio formativo de autoria e produção de saberes;
- compreender a gestão da escola de Educação Básica como processo coletivo, identificando os problemas e desafios postos aos gestores educacionais no tempo presente;
- observar a atuação das redes de proteção e suas articulações com as instituições escolares de educação básica;
- refletir sobre a função e importância dos mecanismos de ação coletiva no interior da escola pública e sobre possibilidades de trabalho com o Projeto Político pedagógico da escola.

Bibliografia Básica:

- PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Intermeio, 2018
- OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- VEIGA, I. P. A. (Org.). **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para escola**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2003.

Bibliografia Complementar:

- GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 2001.
- LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.
- PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2012.
- PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- UNESCO. **Educação um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XX**. São Paulo: Cortez, 1998.

3ª SÉRIE

CULTURA E LINGUAGEM DIGITAL NA EDUCAÇÃO

Ementa

Cultura digital, pensamento computacional e tecnologia digital na educação de crianças. A leitura e a escrita em ambiente digital e o letramento digital. Vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino e de aprendizagem na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Teorias e práticas pedagógicas com dispositivos digitais. As implicações dos fenômenos digitais e do pensamento computacional nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade. O uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.

Objetivos

- Compreender aspectos da cultura digital, do pensamento computacional e da tecnologia digital para a educação de crianças, sobretudo em ambiente escolar;
- relacionar teoria e prática pedagógica, utilizando-se de dispositivos digitais;
- utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas futuras práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para acessar, comunicar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens;

- experimentar o letramento digital com ética, segurança e responsabilidade nas práticas sociais e nas práticas docentes.

Bibliografia Básica

BAKHTIN, M./Volochinov, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

JOLY, Maria Cristina (Ed.). **Tecnologia no ensino: implicações para a aprendizagem**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência – O futuro do pensamento na era da informática**. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

Bibliografia Complementar

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** Trad. De Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. de Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo, Editora 34, 1999.

MARCUSCHI, L. A. & Xavier, A. C. S. **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MARINHO, Marildes. (org.). **Ler e navegar – espaços e percursos de leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

ZANCHETA JUNIOR, Juvenal. **Como usar a internet na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2016.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS EM ALFABETIZAÇÃO

Ementa:

A história dos métodos de alfabetização no Brasil. Concepções teóricas e metodológicas sobre a apropriação do sistema de escrita. Atuação do alfabetizador na análise da produção do alfabetizando, no planejamento das formas de intervenção e organização progressiva do processo de aquisição da escrita. Estudos sobre letramento e sua relação com alfabetização.

Objetivos:

- Conhecer a história da alfabetização, bem como os métodos utilizados em seu ensino, relacionando-os com as teorias de aprendizagem vigentes;
- reconhecer a necessidade de uma teoria coerente da alfabetização, que integre estudos sobre suas diferentes facetas históricas, psicológicas, linguísticas, sociolinguísticas que envolvem a alfabetização e os aspectos metodológicos para seu ensino;
- identificar e apropriar-se dos subsídios teóricos da faceta psicológica para a alfabetização: a psicogênese da língua escrita; a teoria histórico-cultural;
- inferir sobre a importância da linguística para o ensino da leitura e escrita;
- indicar as contribuições da sociolinguística à alfabetização;
- compreender os princípios que envolvem a consciência fonológica e consciência fonêmica para o processo de alfabetização
- empregar a diversidade textual juntamente com o ensino das letras;
- conhecer os principais problemas de aprendizagem na alfabetização;
- conhecer a relação alfabetização e letramento e as implicações para o ensino-aprendizagem;
- elaborar propostas de ações para a alfabetização de crianças.

Bibliografia Básica:

FERREIRO, E. **Reflexões sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 5.ed. São Paulo: Contexto. 2007.

VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 7. ed. São Paulo: Ícone, 2001.

Bibliografia Complementar:

GONTIJO, C. M. M. **Alfabetização: a criança e a linguagem escrita**. Campinas: Autores Associados, 2003.

MORAIS, A. G. *et al.* **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Disponível em <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/20.pdf>

MORTATTI, M. R. L. **História dos métodos de Alfabetização**. Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em 27/04/2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf

SOARES, M. **Alfalettrar: toda criança é capaz de aprender a ler e a escrever**. São Paulo, Contexto, 2021.

SOARES, M. **Alfabetização: A questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DO ENSINO DE MATEMÁTICA

Ementa:

Concepções positivista e materialista-histórica dialética da Matemática e sua incidência sobre as concepções de ensino, aprendizagem e avaliação desta área do conhecimento. Matemática como uma linguagem a ser ensinada visando ao desenvolvimento do pensamento teórico, criando suas bases desde a Educação Infantil. Redimensionamento de conceitos fundamentais da Matemática, a fim de desenvolver planejamento de aula e de atividades práticas que contemplem a participação ativa das crianças em sua aprendizagem. Diferentes abordagens acerca da resolução de problemas e do uso de jogos e materiais concretos como recursos pedagógicos eficientes para o desenvolvimento das funções psíquicas dos estudantes.

Objetivos:

- Constituir uma visão crítica e atualizada do ensino de Matemática, relacionando aspectos epistemológicos, conceituais e práticos de seu ensino e destacando o compromisso político com a formação da criança;
- compreender pressupostos teóricos a respeito de como a criança aprende a pensar e a agir sobre situações numéricas, tendo como fundamento o princípio de que todas as crianças são capazes de aprendizagens, desde que sejam garantidos a elas os pressupostos dos direitos humanos, os bens culturais e as relações sociais em suas formas mais complexas;
- trabalhar a concepção do ensino da Matemática em sua totalidade, isto é, considerar teoria e prática, conteúdo e forma, intrinsecamente articulados com a finalidade de desenvolver o pensamento teórico, a criatividade e a autonomia intelectual, entendendo o desenvolvimento de habilidades e competências como práxis;
- ter consciência de que a metodologia do ensino da Matemática somente poderá ser definida a partir da compreensão de como a criança se apropria dos conhecimentos e do domínio do conteúdo a ser ensinado, para que o planejamento do trabalho pedagógico possa refletir a sua intencionalidade.
- refletir sobre os diferentes recursos pedagógicos apropriados ao ensino e à aprendizagem do conhecimento matemático.

Bibliografia Básica:

MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (org.) **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109149/ISBN9788579831034.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em 25/09/2017.

MORETTI, V. D; CEDRO, W. L (Org.). **Educação Matemática e a Teoria Histórico-Cultural: um olhar sobre as pesquisas**. Mercado das Letras: Campinas, 2017.

MORETTI, V. D; SOUZA, N. M. M **Educação Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: princípios e práticas pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 2017.

KISHIMOTO, T. M. **O jogo na educação infantil: uma abordagem histórica**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1998.

LURIA, A.R. A psicologia experimental e o desenvolvimento infantil. *In*: VIGOTSKII, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Trad. Maria da Penha Villalobos; São Paulo: Ícone, 2006.

MOURA, M. O. **Educação escolar e pesquisa na teoria histórico-cultural**. São Paulo: Loyola, 2017.

PARRA, C.; *et.al.* **Didática da Matemática: reflexões psicopedagógicas**. Trad. Juan Acuña Llorens; Porto Alegre: Artmed, 1996.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DO ENSINO DE ARTE**Ementa:**

A compreensão do futuro pedagogo sobre a interlocução do ensino com os modos de aprendizagem em Arte na educação escolar. A articulação entre a produção social e a diversidade cultural da arte como objeto de conhecimento na escola e nas demais instituições a ela vinculadas em rede. A construção de estratégias para ministrar aulas e promover a assimilação de conhecimentos sobre a arte como objeto sócio-histórico em transformação permanente na história das culturas, na Educação e na vida de cada estudante, por meio de um olhar dialógico que permita aos sujeitos refletirem sobre o meio ambiente em que vivem, para que possam atuar sobre ele de forma consciente e crítica.

Objetivos:

- Reconhecer a importância da Arte para a formação humana e como direito humano;
- identificar as linguagens artísticas, a partir dos pressupostos teóricos do desenvolvimento infantil;
- usar a arte como recurso didático no processo de ensino e de aprendizagem e apresentar a sua importância nos diferentes períodos históricos;
- reconhecer a importância do ensino da Arte na formação docente;
- experienciar, na própria formação, o desenvolvimento de um percurso criador cultivado em diferentes linguagens artísticas: música; dança, artes visuais e teatro;
- relacionar e articular o ensino de Arte ao meio ambiente e às práticas humanas, reconhecendo as diferentes identidades sociais, nos diversos tempos, espaços geográficos e grupos sociais.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, A. M. (org.). **Arte – Educação – leitura no subsolo**. 4. ed. São Paulo: CórteX, 2002.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKI, L. S. **A imaginação e a criação na infância: ensaio psicológico**. São Paulo: Ática, 2009.

Bibliografia Complementar:

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais, Arte**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Vol. 05, Brasília-DF, 2001.

BUORO, A. B. **O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

COLL, C.; TEBEROSKY, A. **Aprendendo Arte**. Conteúdos essenciais para o Ensino Fundamental. São Paulo: Ática, 2000.

FERRAZ, M. H. C.; FUSARI, M. F. R. **Arte na Educação Escolar**. São Paulo: Cortez, 2001.

PILLAR, A. D. **Desenho e construção de conhecimento na criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PESQUISA EM EDUCAÇÃO II**Ementa:**

Tipos de conhecimento. Ciência e Cientificidade. Paradigma Moderno e Pós-moderno. Correntes epistemológicas: Positivismo, Fenomenologia e Marxismo. Pesquisa e Tipos de Pesquisa. Pesquisa Quantitativa e Pesquisa Qualitativa. Pesquisa documental. Bibliográfica e Pesquisa de Campo. Método Científico. Técnicas de Pesquisa. Projeto de pesquisa e Desenvolvimento de Pesquisa. Pesquisa em Educação. Pesquisa em Educação no Brasil e formação docente. A pesquisa no cotidiano escolar. O professor pesquisador e a prática docente. Ética em Pesquisa

Objetivos:

- entender o que é o conhecimento científico e o fazer científico;
- compreender o que são paradigmas científicos, epistemologia, teorias e metodologias de pesquisa científica;
- compreender as fases de elaboração do projeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso;
- conhecer os tipos de pesquisa, técnicas e estratégias de pesquisa;
- reconhecer o que é um método científico;
- discutir a pesquisa em educação e o fazer pesquisa no campo da educação;

Bibliografia Básica:

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação:** Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

MINAYO, M. C. DE S; GOMES, S.F. D. R. (org.). **Pesquisa Social:** teoria método e criatividade. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber:** Manual de Metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul; Editora UFMG, 1999.

Bibliografia Complementar:

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** Em três artigos que se completam. 23ª ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989. (Coleção Primeiros Passos)

LÖWI, M. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen:** Marxismo e Positivismo na sociologia do conhecimento. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação.** Belo Horizonte: Mazza, 2012.

PAULO NETTO, J. **Introdução aos estudos do método de Marx.** 1ª. Ed. São Paulo: expressão popular, 2011.

CURRÍCULO: TEORIAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS

Ementa:

Conceito e História do Pensamento curricular. Paradigmas e Modelos de Currículo. Teorias de currículo: teoria tradicional, crítica e pós-crítica e suas implicações para a elaboração e organização de currículos escolares. Currículo centrado no conhecimento, currículo centrado no(a) estudante e currículo referenciado por competências. Implantação e implementação de políticas de Currículo no Brasil. Desenvolvimento e Modelos de Desenvolvimento Curricular. Práxis Curricular. O campo do Currículo no Brasil: tendências e perspectivas. Políticas de Currículo no Brasil a partir da década de 1990. Parâmetros Curriculares Nacionais. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular: introdução, fundamentos e estrutura. Currículo e a Escola. Currículo: Igualdade, Equidade e Desigualdade. Relação entre currículo, diversidade e diferença: sexualidade, gênero, etnia/raça e classe social. Políticas de currículo: Desafios e Perspectivas para a formação de professores. Debates atuais sobre currículo.

Objetivos:

- Discutir os principais marcos teóricos do pensamento curricular;
- compreender os processos de seleção, organização e distribuição do conhecimento escolar e relacionar aos processos de implantação e implementação de políticas de currículo;

- analisar as políticas de currículo implantadas pelo Estado a partir da década de 1990 para a Educação Básica no Brasil e o impacto na prática docente;
- analisar e compreender a relação entre currículo, diversidade e diferença a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI.

Bibliografia Básica:

- APPLE, M W. **Ideologia e currículo**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- MOREIRA, A. F; SILVA, T. T. (org.). **Territórios Contestados: o Currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petropolis, RJ: Vozes, 1995.
- SACRISTAN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Bibliografia Complementar:

- CANAU, V. (org.). **Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GIMENO SACRISTÁN, J. **Educar por competências: o que há de novo?** Porto Alegre: Artmed, 2011.
- GOODSON, I. F. **Currículo: teoria e história**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MACEDO, E. (org.); LOPES, A. C. (org.). **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006. v.1, 269 p.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ementa:

Aspectos históricos da Educação Especial. Paradigmas da Exclusão, Integração e Inclusão. Experiências de diferentes escolas de educação pública municipais e ou estaduais. Declarações de Jontiem, Guatemala e Salamanca. LDB, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. Caracterização dos EPAEE (DA, DF, DI, DV, TEA e AH/SD). Deficiências e interface entre as dimensões biológica e cultural. Atendimento Educacional Especializado. Currículo e as Necessidades Educacionais Especiais. Desenho universal. Trabalho Colaborativo. Intersetorialidade: Educação Especial e a área da Saúde. Recursos e estratégias didáticas para os EPAEE.

Objetivos:

- Conhecer a trajetória histórica da Educação Especial, discutindo seus diferentes paradigmas e estabelecendo relações com diferentes realidades educacionais;
- discutir principais documentos oficiais da União e do Estado de Mato Grosso do Sul sobre a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;
- compreender a caracterização dos Estudantes Público-Alvo da Educação Especial (EPAEE), quais sejam: estudantes com Deficiência Auditiva (DA), Física (DF), Intelectual (DI) e Visual (DV), com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD);
- aprender notas introdutórias sobre Desenho universal;
- refletir sobre o Currículo e as Necessidades Educacionais Especiais;
- desenvolver recursos e estratégias didáticas para os EPAEE.

Bibliografia Básica:

- MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Bibliografia Complementar:

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2014.
- MILANEZ, S. G. C.; OLIVEIRA, A. A. S.; MISQUIATTI, A. R. N. (org.). **Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.
- OLIVEIRA, A. A. S. **Conhecimento escolar e deficiência intelectual: dados da realidade**. Curitiba: CRV, 2018.
- OLIVEIRA, A. A. S.; OMOTE, S.; GIROTO, R. M. (org.). **Inclusão escolar: as contribuições da Educação Especial**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe Editora, 2008.
- POKER, R. B. *et al.* **Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe Editora, 2013.

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Ementa:

Histórico, conceitos e dimensões sociopolíticas da educação não formal. Conhecimentos teórico-práticos para diferenciar a educação não formal da informal e formal, permitindo identificar que o campo de trabalho do pedagogo é mais amplo e não se limita aos espaços formais de educação. Modos de organização dos projetos de educação não formal e informal. Intervenções de empresas do terceiro setor no âmbito da educação não formal. Dimensões do trabalho, princípios e práticas no âmbito da pedagogia em ambientes empresariais; em organizações não governamentais; em programas para jovens e adultos em conflito com a lei (presídios ou outros espaços); em hospitais e em outros espaços de educação não formal.

Objetivos:

- Conhecer a natureza dos processos de educação não formal do ponto de vista histórico e sociopolítico;
- discutir e analisar modos, formas e processos educacionais existentes na sociedade;
- identificar princípios e dimensões do trabalho pedagogo nos diversos âmbitos em que a educação não formal e informal se efetiva;
- compreender a atuação do pedagogo em diferentes contextos da prática profissional, seja ela em escolas, empresas, instituições sociais, presídios, hospitais ou outros contextos;
- viabilizar a criticidade sobre o processo educativo em suas diversas dimensões, com a compreensão das intervenções de empresas do terceiro setor no âmbito da educação não formal;

Bibliografia Básica:

- GOHN, M. G. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.
- RELAND, T. D. Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. In: **Em Aberto**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, v. 1, n. 1, (nov. 2011). Brasília: INEP, 2011.
- SIMSON, O. R. M.; *et al* (org.). **Visões singulares, conversas plurais**. São Paulo: Itaú Cultural, 2007. (Rumos Educação Cultura e Arte, 3) 112 p.

Bibliografia Complementar:

- AFONSO, A.J. Os lugares da educação. In: O.M. VON SIMSON; M.B. PARK; R.S. FERNANDES (org.). **Educação não formal: cenários da criação**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.29-36.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC; SEESP, 2002. 35 p.
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GOHN, M. G. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARANDINO, M. Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não-formal e informal? **Ciência e Educação**, Bauru, v. 23, n. 4, p.811-816, out./dez. 2017.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO INFANTIL: CRECHE

Ementa:

Atuação do pedagogo junto às crianças de 0 aos 3 anos de idade em turmas de creche. Articulações teórico-práticas, mediante o contato com a realidade de instituição de educação infantil. Observação participante e análises de situações de ensino e aprendizagem na primeira infância. Produção de registros analíticos que congreguem aspectos da teoria e da prática, tendo como princípios as interações e a brincadeira para o trabalho pedagógico na educação infantil. Planejamento, execução e avaliação de propostas de intervenção pedagógica. Conhecimentos sobre o trabalho docente na educação infantil e as condições de trabalho.

Objetivos:

- Conhecer as peculiaridades do trabalho educativo no ambiente da creche, com crianças de 0 a 3 anos de idade;
- vivenciar e reconhecer o contexto sociocultural em que as crianças estão inseridas;
- Produzir registros analíticos das vivências durante os momentos de estágio na instituição de educação infantil;
- compreender o registro como princípio formativo e como meio de produção de saberes, além de articulador dos conhecimentos obtidos em outras disciplinas do curso;
- reconhecer a importância da interação e da brincadeira para o desenvolvimento infantil;
- desenvolver estratégias para promoção do desenvolvimento das crianças, envolvendo as diferentes linguagens;
- favorecer o entendimento sobre a integração de contextos: família/instituição de educação infantil.
- refletir sobre a própria prática de ensino.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 2017. MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>>.

Acesso em: 02. abr. 2021.

ONGARI, B. **A educadora de creche: construindo suas identidades**. São Paulo: Cortez, 2003.

PIMENTA, S.G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar:

ABRAMOVICZ, A.; WAJSKOP, G. **Educação Infantil - Creches: Atividades para crianças de zero a seis anos**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1999.

CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. (org.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

KRAMER, S. **Creches: criança, faz de conta e cia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação Infantil: muitos olhares**. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.

OSTETTO, L. E. (Org.) **Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágio**. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2002.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÉ-ESCOLA

Ementa:

Atuação do pedagogo junto às crianças de 4 aos 5 anos de idade em turmas de pré-escola. Articulações teórico-práticas, mediante o contato com a realidade de instituição de educação infantil. Observação participante e análises de situações de ensino e aprendizagem na infância pré-escolar. Produção de registros analíticos que congreguem aspectos da teoria e da prática, tendo como princípios as interações e a brincadeira para o trabalho pedagógico na educação infantil. Planejamento, execução

e avaliação de propostas de intervenção pedagógica. Conhecimentos sobre o trabalho docente na educação infantil e as condições de trabalho.

Objetivos:

- Conhecer as peculiaridades do trabalho educativo no ambiente da creche, com crianças de 4 a 5 anos de idade;
- vivenciar e reconhecer o contexto sociocultural em que as crianças estão inseridas;
- Produzir registros analíticos das vivências durante os momentos de estágio na instituição de educação infantil;
- compreender o registro como princípio formativo e como meio de produção de saberes, além de articulador dos conhecimentos obtidos em outras disciplinas do curso;
- reconhecer a importância da interação e da brincadeira para o desenvolvimento infantil;
- desenvolver estratégias para promoção do desenvolvimento das crianças, envolvendo as diferentes linguagens;
- favorecer o entendimento sobre a integração de contextos: família/instituição de educação infantil.
- refletir sobre a própria prática de ensino.

Bibliografia Básica:

ANGOTTI, M. **O trabalho docente na pré-escola**: revisitando teorias, descortinando práticas. São Paulo: Pioneira, 1994.

PIMENTA, S.G. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2017. MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>>.

Acesso em: 02. abr. 2021.

Bibliografia Complementar:

CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. (org.). **Educação Infantil**: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

KRAMER, S. (org.). **Infância e Educação Infantil**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2002.

KRAMER, S. **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a educação infantil. 6. ed. São Paulo: Ática, 1993.

OLIVEIRA, Z. M. R. (org.). **Educação Infantil**: saberes e fazeres da formação de professores. 5ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. (org.) **Os fazeres na educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Ementa: Organização linguística da LIBRAS para uso cotidiano e escolar: vocabulário básico com ênfase na conversação. Aspectos gramaticais da Língua Brasileira de Sinais. O sujeito surdo e sua cultura. O bilinguismo na educação dos surdos. A atuação do intérprete de língua de sinais na educação inclusiva. Ensino de língua portuguesa como segunda língua para estudantes surdos.

Objetivos:

- Compreender os mecanismos de conversação da Língua Brasileira de Sinais de forma contextualizada;
- utilizar sinais básicos para comunicação e interação com estudante surdo;
- conhecer as bases linguísticas e legais que fundamentam a LIBRAS, enquanto língua oficial do país;
- identificar as especificidades do ensino da língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua, para estudantes surdos.

Bibliografia Básica:

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira, estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos: aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008

SKLIAR, C. (org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

Bibliografia Complementar:

ALVEZ, C. B.; DAMAZIO, M. F. M. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez**. São Paulo, SP: Moderna, 2010

BARBOSA, F. V.; NEVES, S. L. G.; BARBOSA, A. F. Política Linguística e Ensino de Português como Segunda Língua. *In*: ALBRES, N. A. e NEVES, S. L.; CARVALHO, P. R. **Surdez - aquisição de linguagem e inclusão social**. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

QUADROS, R. M. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

FALCÃO, L. A. **Surdez, cognição visual e libras: estabelecendo novos diálogos**. 3 ed. Recife: Editor do autor, 2012.

4ª SÉRIE

PESQUISA EM EDUCAÇÃO III

Ementa:

Acompanhamento dos trabalhos de conclusão de curso (TCC), com base nos projetos apresentados e seus cronogramas de execução. Desenvolvimento do projeto de pesquisa: execução da pesquisa e escrita da monografia. Categorias de análise de pesquisa. Procedimentos de coleta de dados (entrevista, questionário, observação). Análise, triangulação e interpretação dos dados. Redação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): elementos da introdução, do resumo e das considerações finais.

Objetivos:

- Compreender o desenvolvimento de pesquisas científicas no campo da educação
- conhecer o fazer da pesquisa acadêmica e seus possíveis usos em sala de aula.
- observar o projeto e cronograma de execução desenvolvidos no ano anterior, para o desenvolvimento da pesquisa no ano letivo.
- ajustar e revisar os projetos, de acordo com as orientações que receberam de seus respectivos orientadores(as).
- ser acompanhado nos trabalhos de conclusão de curso (TCC), com base nos projetos apresentados no final do terceiro ano do curso de Pedagogia.
- formar habilidades e competências que promovam a relação entre teoria e empiria, pesquisa e sala de aula.

Bibliografia Básica:

ARTIÈRES, P.; BERT, J-F.; GROS, F.; REVEL, J. **Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Belo Horizonte: UFMG; Artmed, 2012.

LÉTOURNEAU, J. **Ferramentas para o pesquisador iniciante**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2011.

Bibliografia Complementar:

ALVES, R. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Loyola, 2003.

FAZENDA, I. C. A. **Pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas: Papirus, 2002.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologia**. Chapecó: Argos, 2007.

MIALARET, G. **Ciências da educação**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2013.

PIMENTA, S. G. **Pesquisa em educação**. São Paulo: Loyola, 2006.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Ementa:

Os Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Geografia e do Ensino de História. O ensino da Geografia e da História e os Estudos Sociais na história da educação brasileira. Noções básicas para a construção do conhecimento histórico e geográfico. Diferentes abordagens historiográficas: a História tradicional positivista, o materialismo histórico, a História Nova. Diferentes abordagens da Geografia: gênese, Geografia Tradicional, Geografia Crítica. Diagnóstico e Análise crítica da atual realidade do ensino de Geografia e de História. A nova LDB e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para o ensino de geografia e história. Enfoques teórico-metodológicos dos livros didáticos e paradidáticos. Metodologias de ensino e problemas recorrentes na prática escolar. Planejamento, metodologias de ensino e avaliações na prática docente. Experiências e propostas metodológicas para o Ensino de Geografia e História. A tematização dos conhecimentos prévios e das vivências dos estudantes. O desenvolvimento de projetos interdisciplinares no ensino de História e Geografia. O desenvolvimento dos conceitos de tempo, espaço, território, sociedade, trabalho e cultura. A pesquisa e a produção do conhecimento pelas crianças. A história regional, local e do cotidiano. Estudo de caso: Paranaíba • Alfabetização cartográfica: construção de representações espaciais. Diferentes fontes e linguagens no ensino de História e Geografia.

Objetivos:

- Reconhecer o papel do conhecimento de mundo da educação infantil e do ensino fundamental, concebido a partir da integração das ciências da natureza e humanas;
- refletir criticamente sobre diferentes propostas, para o ensino de história e geografia, destinadas à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental;
- conhecer os documentos curriculares oficiais da área das áreas de História e Geografia;
- compreender e refletir sobre as possibilidades de construção do conhecimento histórico e geográfico pelas crianças por meio da análise dos conteúdos e métodos de ensino expressos na produção bibliográfica acadêmica, nas propostas curriculares e em experiências de atividades de ensino;
- promover experiências de pesquisa e ações práticas sobre o ensino de história e geografia;
- identificar, analisar e refletir sobre os fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de Geografia para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental;
- conhecer métodos didáticos para o ensino de História e Geografia na educação infantil, nos anos iniciais do ensino e para o ensino fundamental.

Bibliografia Básica:

BITTENCOURT, C. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

CALLAI, H.C. Estudar o lugar para compreender o mundo. *In: Ensino de Geografia práticas e textualizações no cotidiano*. Porto Alegre: Mediação, 2000.

PABIS, N.A; *et al.* (org.). **O ensino de História e Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Paraná: Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), 2012.

Bibliografia Complementar:

BITTENCOURT, C. **O Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CARDOSO, M. A. A. História e a Geografia de Campo Grande, MS, na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.17, p. 11 - 23, mar. 2005.

PENTEADO, H.D. **Metodologia do ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez: 2003.

SPÓSITO, M. E. B. (org.). **Livros didáticos de História e Geografia: Avaliação e Pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ementa:

A língua portuguesa no Brasil e seu processo de disciplinarização. Princípios da perspectiva enunciativo-discursiva que subsidiam o ensino e a aprendizagem de língua portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O texto como unidade de trabalho na definição dos conteúdos, habilidades e objetivos do ensino língua portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O texto e seu pertencimento a um gênero discursivo: esferas/campos sociais de atividade/comunicação/ usos da linguagem. Os gêneros discursivos/textuais, os tipos de textos e o suporte. Os conhecimentos sobre a norma-padrão e sobre outras variedades linguísticas para o desenvolvimento do conteúdo de Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas práticas linguísticas: escuta/leitura, produção de textos e análise linguística/semiótica, contemplando linguagem oral e linguagem escrita. O preconceito linguístico e as dimensões ética, estética e política das práticas de linguagem. Letramentos (escritos, impressos e digitais) e práticas culturais de oralidade, escuta/leitura e escrita, em textos multissemióticos e multimodais. Princípios e especificidades de avaliação da aprendizagem de Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Objetivos:

- Refletir sobre o ensino de língua portuguesa oferecido atualmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a partir da compreensão do processo de disciplinarização da língua portuguesa no Brasil;
- reconhecer a perspectiva enunciativo-discursiva como subsídio teórico-metodológico das atuais teorias do ensino e aprendizagem de língua portuguesa;
- compreender o texto como unidade de trabalho no ensino de língua portuguesa e a importância de se trabalhar com diversos gêneros discursivos/textuais, sobretudo, os que mais circulam socialmente;
- assumir as práticas linguísticas situacionais escuta/leitura, produção de textos e análise linguística/semiótica, como práticas de ensino de língua portuguesa;
- ampliar o repertório de informações sobre a diversidade linguística existente em nossa sociedade, bem como sobre os mecanismos de funcionamento da língua nas diversas situações de uso, para combate do preconceito linguístico nas práticas de linguagem;
- promover o ensino de língua portuguesa considerando as novas maneiras de ouvir, ler, escrever, produzir e receber textos, proporcionadas pelos usos das tecnologias eletrônicas e digitais, em textos multissemióticos e multimodais;
- debater sobre os princípios e a especificidade da avaliação no ensino de língua portuguesa, principalmente, no que se refere à oralidade, escuta/leitura, produção de textos e análise linguística/semiótica;
- conhecer experiências concretas para o efetivo exercício da profissão na área de língua portuguesa.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

GERALDI, J. W. **A aula como acontecimento**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.

TFOUNI, L. V. (Org). **Letramento, escrita e leitura: questões contemporâneas**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, I. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

GERALDI, J. W. (Org.). **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

MARCUSCHI, L. A. **Produção de textos, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.

SCHNEUWLY, B.; *et al.* **Gêneros orais e escritos na escola.** [Tradução e organização: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro]. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2004.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DO ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

Ementa:

Conhecimentos científicos. Fundamentos epistemológicos das Ciências da Natureza. Procedimentos básicos da pesquisa científica. Unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades relativas à área das Ciências da Natureza do 1º ao 5º ano. Materiais didáticos e aspectos metodológicos para o ensino das Ciências da Natureza.

Objetivos:

- Conhecer aspectos introdutórios sobre o processo de desenvolvimento da ciência;
- compreender elementos sobre principais especificidades do conhecimento e da pesquisa científica;
- reconhecer elementos introdutórios acerca das especificidades da área das Ciências da Natureza;
- descobrir contribuições da área das Ciências da Natureza para o exercício da cidadania, pautada pelo respeito aos Direitos Humanos, ao respeito à diversidade étnico-cultural e à sustentabilidade;
- refletir sobre unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades referentes à área das Ciências da Natureza estipulados na BNCC;
- conhecer aporte teórico-prático acerca de materiais didáticos e de metodologia de ensino das Ciências da Natureza, com estabelecimento de relações com o Estágio Supervisionado atinente a essa área.

Bibliografia Básica:

BRAGA, M.; GUERRA, A.; REIS, J. C. **Breve história da ciência moderna.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003. v. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2017. Disponível em:

em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>.

Acesso em: 5 abr. 2021.

GERALDO, A. C. H. **Didática de ciências naturais:** na perspectiva Histórico-Crítica. Campinas-SP: Autores Associados, 2014.

Bibliografia Complementar:

CORTE, V. B.; ARAUJO, M. P. M.; SANTOS, C. R. (org.). **Sequências didáticas para o ensino de ciências da natureza.** Curitiba: CRV, 2020.

DEMO, P. **Praticar ciência:** metodologias do conhecimento científico. São Paulo: Saraiva, 2011.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.** 5. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012.

KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. **Ensino de ciências e cidadania.** São Paulo: Moderna, 2004.

CARVALHO, A. M. P.; GIL-PÉREZ, D. **Formação de professores de ciências.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

Ementa:

Noção de Gênero. Teorias de Gênero. Gênero e Relações de Poder. Economia Falocêntrica. Noção de Sujeito Moderno e Pós-moderno. Construção Histórica da Sexualidade. Gênero e a Ciência. Violência e Gênero. Relações de Gênero. Gênero e Suas Interseccionalidades. Igualdade e Desigualdade de Gênero. Diversidade e Diferença. Gênero e Direitos Humanos. O papel dos Movimentos Sociais e Gênero. Globalização, Gênero e Educação. Organismos Internacionais e Gênero. Políticas Educacionais e Gênero. Pedagogias de Gênero. Gênero e Currículo nas etapas da Educação Básica. A feminização do magistério. Gênero e Trabalho. Formação de Professores e o Trabalho Docente. Cuidado e Ensino. Cyberbullying. Sexting (no campo da linguagem).

Objetivos:

- Compreender questões de gênero e suas interseccionalidades;
- entender a construção da categoria gênero dentro de uma perspectiva histórico-social;
- refletir sobre a produção da desigualdade de gênero social, cultural, econômica e política;
- analisar as políticas educacionais a partir das discussões teóricas de gênero;
- analisar as políticas e propostas curriculares a partir da perspectiva de gênero;
- dialogar com os documentos norteadores da educação básica com vistas a compreensão e reflexão acerca de gênero.

Bibliografia Básica:

- AUAD, D. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SAFIOTTI, H. **Gênero, Patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

Bibliografia Complementar:

- BRABO, T. S.; ANTONELLI, M. (org.). **Gênero, educação e política: múltiplos olhares**. São Paulo: Ícone, 2009;
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- MALANCHEN, J.; MATOS, N. D.; ORSO, P. J. **A Pedagogia Histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. São Paulo: Autores Associados, 2021;
- NUNES, C. A. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas**. Campinas: Autores Associados, 2000. Coleção: Polêmicas do Nosso Tempo;
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- STEARNS, P. N. **História das relações de Gênero**. São Paulo: Contexto, 2012.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**Ementa:**

Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Perspectivas, desafios e possibilidades de Educação de Jovens e Adultos no Brasil considerando esta modalidade como direito humano. Considerações sobre a diversidade do público da EJA. Noções metodológicas de alfabetização de jovens e adultos.

Objetivos:

- Conhecer a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil;
- reconhecer a EJA como direito humano a educação para pessoas jovens e adultas;
- identificar os desafios e possibilidades da EJA próprios à diversidade de seu público;
- compreender as particularidades da educação de jovens e adultos no campo e em presídios.

Bibliografia Básica:

- CORTADA, S. (org.) **EJA: Educação de jovens e adultos e seus diferentes contextos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- RIBEIRO, V. M. (org.). **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas, SP: Mercado de Letras, ALB, 2001.

Bibliografia Complementar:

- GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2000.

MIGUEL, J. C. **Abordagens pedagógicas do ensino de linguagem em EJA**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PICONEZ, S. C. B. **Educação escolar de jovens e adultos**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

SOARES, L. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

SOUZA, J. S.; SALES, S. R. (org.). **Educação de jovens e adultos: políticas e práticas educativas**. Rio de Janeiro: NAU Editora e EDUR, 2011.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Ementa:

Relações raciais: conceitos e concepções; relações raciais no Brasil: histórico; ensino da história e cultura africana e afrobrasileira; ensino da história e cultura africana e afro-brasileira; políticas públicas de combate ao racismo; práticas pedagógicas antirracistas; relações raciais e as ações afirmativas na educação; formação de professores, políticas curriculares e educação para as relações etnico-raciais; temáticas afins.

Objetivos:

- Compreender a perspectiva de uma educação antirracista com vistas ao desenvolvimento de relações raciais positivas e emancipadoras que fortaleça o reconhecimento e valorização das identidades geracionais, raciais e étnicas, dos diversos atores envolvidos no processo educativo e, a promoção dos valores humanos e sociais na perspectiva do desenvolvimento dos direitos humanos, dos valores comunitários e da vida;
- questionar os postulados do eurocentrismo, do colonialismo e do racismo, capazes de educar para as relações raciais positivas;
- promover a educação para os direitos humanos e para as relações raciais positivas por meio da valorização do legado histórico e social dos(as) estudantes e das suas famílias, bem como, ações de proteção à infância e juventude e promoção da equidade;
- desenvolver ações formativas/educativas de natureza didáticas e pedagógicas amparadas em pedagogias que valorizem a diversidade racial e étnica, a história e cultura dos africanos e seus descendentes na diáspora (pedagogias griôs, africanidades, etc...);
- conhecer os desafios de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial.

Bibliografia Básica:

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

Bibliografia Complementar:

BENZI, D. (org.) **A Temática Indígena na Escola – Novos Subsídios para Professores de 1o e 2o Graus**. p. 87- 105. MEC – MARI – UNESCO. Brasília. 1999.

GONSALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. **O Jogo da Diferença: o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GONZALEZ, L.; HANSENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco zero, 1982.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. 3. ed. Brasília. MEC, 2001.

PAULA, B. X. O Ensino de História e Cultura da África e Afro-brasileira: da experiência à reflexão. In: GUIMARÃES, S. (org.). **Ensinar e aprender História: formação, saberes e práticas educativas**. Campinas: Alínea Editora, 2009.

BARBOSA, L. M. de A.; SILVA, P. G. **O pensamento negro em educação no Brasil**. São Carlos: UFSCar, 1997

ROIZ, D.; SANTOS, J. R. Experiências com a implementação das leis na escola: experiências com a Implementação das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08 em Sala de Aula. São Paulo: Pacto Editorial, 2019.

Novas Tecnologias e Educação

Ementa:

Tecnologias digitais de informação e comunicação e mediação pedagógica. Conhecimento Tecnológico Pedagógico do Conteúdo e formação docente. Os Recursos Educacionais Abertos. O uso de tecnologia móvel no processo de ensino e de aprendizagem. Redes sociais como ambiente virtual de aprendizagem. Planejamento docente e as tecnologias digitais de informação e comunicação. Educação a distância.

Objetivos:

- Desenvolver uma visão da ciência, da tecnologia, e suas relações com a educação na organização do trabalho na esfera produtiva em diferentes fases históricas;
- discutir sobre as tecnologias digitais da informação e comunicação, como elemento consubstanciador da sociedade conectada, bem como as impressões e traços que caracterizam as mudanças culturais na civilização contemporânea;
- utilizar as tecnologias móveis, os recursos educacionais abertos, as redes sociais como ambiente virtual de aprendizagem no desenvolvimento do trabalho didático na sala de aula e em outros espaços para produção do conhecimento;
- debater sobre a tecnologia digital de informação e comunicação na formação de cidadãos críticos.

Bibliografia Básica:

BELLONI, M. L. **Educação a Distância**. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 7. ed., Campinas: Papirus, 2003.

TERÇARIOL, A. A. L. *et al* (org.). **Educação, formação e pesquisa na era digital**: reflexões e práticas em ambientes virtuais de aprendizagem. São Paulo: Artesanato Educacional, 2018

Bibliografia Complementar

SOUSA, S. O.; TERÇARIOL, A. A. L.; GITAHY, R. R. C. Conhecimento Tecnológico Pedagógico do Conteúdo: construção de conceitos e habilidades didáticas. **Perspectiva (UFSC)**, v. 35, p. 1215-1239, 2017.

LEAL, E. A; MIRANDA, G. J.; NOVA, S. P. C. C. **Revolucionando a sala de aula**. São Paulo: Atlas, 2017

KENSKI, V. M. **Tecnologias e tempo docente**. São Paulo: Papirus, 2013.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (org.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

PESCE, L.; BRAKLING, K. **A avaliação do aprendizado em ambientes digitais de formação de educadores**: um olhar inicial. *In*: SILVA, M.; SANTOS, E. (org.). Avaliação da aprendizagem em educação online. São Paulo: Loyola, p.91-107, 2006.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ementa:

A especificidade das práticas pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental. A organização do trabalho pedagógico: planejamento, registro e avaliação. Propostas metodológicas para os anos iniciais do ensino fundamental. O perfil do Profissional dos anos iniciais do Ensino Fundamental. As relações escola e comunidade.

Objetivo:

- Conhecer alternativas para a construção de um Ensino Fundamental de qualidade, levando em consideração as especificidades das instituições;
- conhecer o papel do professor pedagogo perante as novas exigências e condições alocadas pelos contextos de intervenção escolar;

- compreender as diferenças e especificidades do trabalho com as crianças dos anos iniciais do ensino fundamental, considerando as diretrizes curriculares nacionais;
- construir conhecimentos profissionais e pessoais no que se refere à prática pedagógica para os anos iniciais do ensino fundamental;
- planejar atividades para os anos iniciais do Ensino Fundamental;
- ressignificar a avaliação e compreender seus métodos, instrumentos e critérios, tendo como suporte a avaliação formativa.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, A. M. P. de **Os Estágios nos Cursos de Licenciatura** (Coleção Ideias em Ação). São Paulo: CENGAGE Learning, 2015.

CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papirus. 2000.

FONTANA, R. A. C. **Mediação pedagógica na sala de aula**. Campinas: Autores Associados. 2000.

Bibliografia Complementar:

HERNANDEZ, F., VENTURA, M.A. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MORAIS, R. (org.). **Sala de aula: Que espaço é esse?** Campinas: Papirus. 1986.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar, histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz. 2008

PICONEZ, S.C.B. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas: Papirus, 1991.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez. 2002.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM LINGUAGEM I: ALFABETIZAÇÃO

Ementa:

Investigação, problematização e intervenção na realidade educacional, a partir de observação de turmas de alfabetização, fundamentada nos apoios teóricos estudados na Disciplina Fundamentos Teóricos e Práticos em Alfabetização, tendo em vista o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e compromissos inerentes à profissão docente, em especial como alfabetizador.

Objetivos:

- Desenvolver habilidades inerentes à docência, especialmente no que tange à alfabetização;
- elaborar, desenvolver e avaliar projetos educativos a partir do diagnóstico da realidade das turmas de alfabetização, construindo formas de atuação com vistas à melhoria da educação de crianças;
- desenvolver o exercício reflexivo teórico-prático, ou seja, a articulação entre o fazer e a reflexão e sistematização do fazer.

Bibliografia Básica:

AROEIRA, K. P. Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos. ALMEIDA, M. I. de; PIMENTA, S. G. (org.) **Estágio supervisionado e possibilidades para uma formação com vínculos colaborativos entre a universidade e a escola**. São Paulo: Cortez, 2014.

PIMENTA, S.G. e LIMA, M.S.L. Estágio e construção de identidade profissional docente do livro da Selma Garrido Pimenta e Maria Socorro Lucena Lima. *In: Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2009

REICHMANN, C. L. **Letras e letramentos: escrita situada, identidade e trabalho docente no estágio supervisionado**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

Bibliografia Complementar:

GOMES, M. de O. (org.). **Estágios na formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão**. São Paulo: Loyola, 2011.

PERRENOUD, P. Formar professores em contexto social em mudança: prática reflexiva e participação crítica. Trad. Dirce Barbosa Catani. **Revista Brasileira de Educação**, n. 12, p. 5-21, set./dez. 1999.

ROMANOVSKI, J. P. e MARTINS, P. L. O. A aula como expressão da prática pedagógica. In: VEGA, I. P. **A Aula: gênese, dimensões, princípios e prática**. São Paulo: Papyrus, 2008.

SILVA, L. C.; MIRANDA, M. I. **Estágio supervisionado e prática de ensino: desafios e possibilidades**. Araraquara, SP: Junqueira e Marin; Belo Horizonte, MG: FAPEMIG, 2008.

SILVA, N. R. G. **Estágio Supervisionado em Pedagogia**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2014.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM LINGUAGEM II: LÍNGUA PORTUGUESA

Ementa:

Observação e análise de situações de ensino e de aprendizagem do ensino de língua portuguesa, que ocorre nos três últimos anos da etapa inicial do Ensino Fundamental. Acompanhamento e atuação em experiências educativas voltadas ao ensino de língua portuguesa.

Objetivos:

- Desenvolver competências e habilidades para ensinar língua portuguesa, observando e analisando a cultura escolar nos três últimos anos da etapa inicial do Ensino Fundamental;
- acompanhar a atuação do professor de língua portuguesa na análise da produção do estudante, no planejamento das formas de intervenção e organização progressiva do processo de aprimoramento da língua escrita;
- ministrar aulas de língua portuguesa a partir de um trabalho planejado, criativo, ético e com profissionalismo;
- identificar as dificuldades e os problemas de ensino de língua portuguesa e pesquisar formas de enfrentamento desse fenômeno;
- elaborar registros reflexivos das análises sobre as experiências realizadas durante os estágios;
- compartilhar experiências por meio de apresentação dos trabalhos realizados nas intervenções.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

BRONCKART, J. P. **Atividades de linguagem, textos e discursos**. Por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: Editora da PUC/SP, 1999.

SMOLKA, A. L. B., GÓES, M. C. R. (org.) **A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento**. Campinas: Papyrus, 1993. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

Bibliografia Complementar:

GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006. GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

JOLIBERT, J. **Formando crianças leitoras**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

JOLIBERT, J. **Formando crianças produtoras de texto**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

KRAMER, S.; OSWALD, M. L. **Didática da linguagem: ensinar a ensinar ou ler e escrever?** Campinas, SP: Papyrus, 2001.

ROJO, R. H. R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM MATEMÁTICA

Ementa:

Estágio como atividade humana: vivência de processos de investigação e problematização da realidade educacional, a partir do campo de estágio e dos aportes teóricos da Pedagogia tendo em vista o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e compromissos inerentes à profissão docente, que permitam o intencional planejamento da atividade de ensino. Estágio como práxis: articulação entre fundamentos do ensino e da aprendizagem de Matemática e práticas pedagógicas que promovam aprendizagem e desenvolvimento às crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento e avaliação da regência.

Objetivos:

- Criar um espaço de estudo, pesquisa e construção de conhecimentos da profissão docente com base na realidade dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- vivenciar processos de ensino no campo de estágio, para que estudantes-professores compreendam a função social de espaços educativos e desenvolvam condições favoráveis à continuidade da própria formação, considerando a realidade sócio-histórica em que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental;
- desenvolver propostas teórico-práticas que dialoguem com o campo e com as práticas pedagógicas dos professores em exercício, reconhecendo a escola e outros espaços educativos como *lócus* de formação, contribuindo com o desenvolvimento profissional de estagiários e de professores/educadores;
- elaborar planos de ensino a partir da busca da compreensão da realidade dos anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo em vista a superação da prática utilitarista da Matemática e a formação das estruturas do pensamento teórico, a partir da prática dialética e dialógica, considerando o tripé conteúdo, forma e destinatário de cada aula e o movimento que a mediação deve exercer nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- vivenciar momentos de avaliação crítica das regências, como movimento entre planejamento, avaliação e análise, planejamento, tendo como intencionalidade o desenvolvimento de uma concepção formativa da avaliação, orientadora da prática docente.
- retomar conceitos matemáticos básicos, essenciais para o ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 2017.
- MACEDO, M. D. C. S. R. **Vigotski e a avaliação da aprendizagem escolar**. Curitiba: Appris, 2020.
- MORETTI, V. D.; SOUZA, N. M. M. de. **Educação Matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: princípios e práticas pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2015. (Coleção Biblioteca Básica de Alfabetização e Letramento).
- MOURA, O.M. (org.) **Atividade Pedagógica na teoria histórico-cultural**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

Bibliografia Complementar:

- ARAÚJO, N. A. **O professor em atividade de aprendizagem de conceitos matemáticos**. 180 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- MARTINS, L. M. **Desenvolvimento do pensamento e educação escolar: etapas de formação de conceitos à luz de Leontiev e Vigotski**. Fórum linguístico, Florianópolis, v.13, n.4, p.1572-1586, out./dez., 2016.
- MORETTI, V. D. O PROBLEMA LÓGICO-HISTÓRICO: aprendizagem conceitual e formação de professores de Matemática. **Poiésis**, Tubarão. Número Especial, p. 29 - 44, Jan/Jun, 2014. Disponível em <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/1737/1421>
- MOURA, M. O. de. **Educação escolar e pesquisa na teoria histórico-cultural**. São Paulo: Loyola, 2017.

ROSA, J. E. da.; DAMAZIO, A.; SILVEIRA, G. M. O Sistema de Numeração nas Tarefas Propostas por Davýdov e seus Colaboradores para o Ensino de Matemática. **Bolema**: Boletim de Educação Matemática, Rio Claro, v. 28, n. 50, p. 1135-1154, dez., 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-636X2014000301135&lng=e&tlng=e. Acesso em: 25 jun. 2020

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM CIÊNCIAS HUMANAS E DA NATUREZA

Ementa:

Observação, planejamento, regência, avaliação da aprendizagem, materiais didáticos e metodologias de ensino dos conteúdos das Ciências Humanas e da Natureza, referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Objetivos:

- Desenvolver a articulação teórico-prática sobre o ensino e a aprendizagem da área de Ciências Humanas e da Natureza e as atividades realizadas na escola e na sala de aula, fazendo do estágio um momento profícuo para a vivência, para a aprendizagem e para o aprimoramento de entendimentos sobre o ensino;
- dominar objetos de conhecimento dessas áreas e de estratégias de ensino, considerando-se os contextos, a diversidade e as especificidades dos estudantes, bem como questões atinentes à gestão dos ambientes e à avaliação da aprendizagem;
- elaborar planejamento de aulas que envolvam Ciências Humanas (História e Geografia) e Ciências da Natureza, considerando os apoios teóricos estudados e a interdisciplinaridade;
- desenvolver o exercício reflexivo teórico-prático, ou seja, a articulação entre o fazer e a reflexão e sistematização do fazer; a partir do acompanhamento das práticas pedagógicas dos professores em exercício e da elaboração de propostas de intervenção;
- elaborar registros reflexivos que envolvam análises das experiências realizadas durante os estágios.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2017.

GERALDO, A. C. H. **Didática de ciências naturais**: na perspectiva Histórico-Crítica. Campinas: Autores Associados, 2014.

PENTEADO, H.D. **Metodologia do ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez: 2003.

Bibliografia Complementar:

ASTOLFI, J. P.; DEVELAY, M. **A didática das ciências**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 1990.

BITTENCOURT, C. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

CARVALHO, A. M. P. (org.). **Ensino de ciências**: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.

CORTE, V. B.; ARAUJO, M. P. M.; SANTOS, C. R. (org.). **Sequências didáticas para o ensino de ciências da natureza**. Curitiba: CRV, 2020.

MOREIRA, R. Conceitos, categorias e princípios lógicos para o método e o ensino da Geografia. *In*: MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ementa:

Inclusão escolar. Público-alvo da Educação Especial. O Estágio na Educação Especial. Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de experiências educativas escolares inclusivas. Políticas de Currículo e Inclusão. Adequações Curriculares para a Educação Especial. Educação Especial e a Prática Docente. Relação teoria-prática no campo da Educação Especial. Tecnologias Assistivas.

Objetivos:

- Conhecer experiências educativas voltadas para o público-alvo da Educação Especial em instituições de ensino de Ensino Fundamental;
- observar situações de ensino-aprendizagem em turmas com estudantes público-alvo da Educação Especial, considerando características do trabalho docente, com destaque para as seguintes categorias: Planejamento, Avaliação, Currículo, Materiais Didáticos, Adequação Curricular e Trabalho colaborativo;
- compreender o estágio como um processo criador de investigação, explicação e intervenção na realidade;
- articular questões teórico-metodológicas em uma perspectiva inclusiva e de trabalho colaborativo entre as diversas áreas de conhecimento do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

- PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 2002.
- MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2008.
- VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Bibliografia Complementar:

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SECADI, 2014.
- CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a Educação Especial.** Rio de Janeiro: WVA, 2002.
- OLIVEIRA, A. A. S. **Conhecimento escolar e deficiência intelectual: dados da realidade.** Curitiba: CRV, 2018.
- OLIVEIRA, A. A. S.; OMOTE, S.; GIROTO, R. M. (org.). **Inclusão escolar: as contribuições da Educação Especial.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe Editora, 2008.
- POKER, R. B. *et al.* **Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe Editora, 2013.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM ARTE E MOVIMENTO**Ementa:**

Investigação, problematização e intervenção na realidade educacional, a partir de observação do trabalho pedagógico desenvolvido com Arte e Movimento em turmas de anos iniciais do Ensino Fundamental, fundamentada nos apoios teóricos estudados nas disciplinas “Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino do Movimento” e “Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino da Arte”, tendo em vista o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e compromissos inerentes à profissão docente.

Objetivos:

- Desenvolver competências e habilidades inerentes à docência, especialmente no que tange à arte e movimento; a partir do acompanhamento do contexto escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- acompanhar a atuação docente quanto às orientações e as formas de intervenção nas atividades realizadas por estudantes referentes à Arte e Movimento, tomando consciência das dificuldades e problemas do ensino nessas áreas e pesquisando sobre formas de superação;
- elaborar planejamento de aulas que envolvam Arte e Movimento, considerando os apoios teóricos estudados e a interdisciplinaridade;
- desenvolver o exercício reflexivo teórico-prático, ou seja, a articulação entre o fazer e a reflexão e sistematização do fazer; a partir do acompanhamento das práticas pedagógicas dos professores em exercício e da elaboração de propostas de intervenção;
- elaborar registros reflexivos que envolvam análises das experiências realizadas durante os estágios.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 2017.

BARBOSA, A. M. (org.). **Arte – Educação – leitura no subsolo**. 4. ed. São Paulo: Córtes, 2002.

DARIDO, S. C. Diferentes Concepções sobre o Papel da Educação Física na Escola. *In*: DARIDO, S. C. (org.). **Cadernos de Formação: Conteúdos e Didática de Educação Física**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, v. 1, p. 34-50.

Bibliografia Complementar:

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais, Arte**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental, v.5., Brasília-DF, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais, Educação Física**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental, v. 7, Brasília-DF, 1998.

COLL, C.; TEBEROSKY, A. **Aprendendo Arte**. Conteúdos essenciais para o Ensino Fundamental. São Paulo: Ática, 2000.

FERRAZ, M. H. C.; FUSARI, M. F. R. **Arte na Educação Escolar**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUSA, E. S.; ALTMANN, H. Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos Cedes**, ano 19, n. 48, p.52-68, 1999.

13. REFERÊNCIAS CONSULTADAS E CITADAS PARA A ELABORAÇÃO DO PPCG

13.1 Legislação Geral

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n°. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

13.2 Criação, Credenciamento, Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMS

a) Decreto Estadual N°. 7.585, de 22 de dezembro de 1993. Institui sob a forma de fundação, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

b) Deliberação N°. 4.787, de 20 de agosto de 1997. Concede o credenciamento, por cinco anos, à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

c) Deliberação CEE/MS N° 9943, de 12 de dezembro de 2012. Recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS, pelo prazo de seis anos, de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018.

d) Deliberação CEE/MS N° 11.852, de 02 de dezembro de 2019, que prorroga o prazo de vigência da Deliberação CEE/MS N° 9.943, de 19 de dezembro de 2012, que recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, até dia 31/12/2020.

e) Decreto N° 9.337, de 14 de janeiro de 1999. Aprova o Estatuto da Fundação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

f) Resolução COUNI-UEMS N° 227 de 29 de novembro de 2002. Edita o Regimento Geral da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

g) Resolução COUNI-UEMS N° 438, de 11 de junho de 2014. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, para o período de 2014 a 2018.

h) Resolução COUNI-UEMS N° 565, de 6 de dezembro de 2019. Ampliar o período da vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul,

aprovado por meio da Resolução COUNI-UEMS Nº 438, de 11 de junho de 2014, para 31 de dezembro de 2020.

13.3 Legislação Federal sobre os cursos de Graduação, Licenciatura

a) Decreto Nº. 5.626, de 22 de dezembro 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que inclui LIBRAS como Disciplina Curricular.

b) Lei Federal Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Estágio de estudantes e dá outras providências.

c) Portaria MEC Nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC 4.059, de 10 de dezembro de 2004 e estabelece nova redação para o tema.

d) Parecer CNE/CP Nº. 003, de 10 de março de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

e) Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

f) Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

g) Resolução CNE/CP Nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação ambiental.

h) Parecer CNE/CP Nº 8, de 6 de março de 2012 – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

i) Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

J) Parecer CNE/CP Nº 5, de 13 de dezembro de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

k) Resolução CNE/CPN nº 1, de 15 maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura.

l) Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

13.4 Atos legais inerentes aos Cursos de Graduação da UEMS

a) Parecer CNE/CES Nº 067, de 11 de março de 2003. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os Cursos de Graduação.

b) Parecer CES/CNE Nº 261/2006, 9 de novembro de 2006. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.

c) Resolução Nº 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

- d) Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 057, de 20 de abril de 2004. Normas para utilização dos laboratórios da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- e) Resolução CEPE-UEMS Nº 455, de 06 de outubro de 2004. Homologa a Deliberação CE-CEPE-UEMS Nº 057, de 20 de abril de 2004, que aprova as normas para utilização de laboratórios na UEMS.
- f) DELIBERAÇÃO CE/CEPE-UEMS Nº 328, de 29 de junho de 2021. Normas para utilização dos laboratórios que atendem aos cursos de graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- g) RESOLUÇÃO CEPE-UEMS Nº 2.328, de 4 de agosto de 2021. Homologa, com alteração, a Deliberação nº 328, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 29 de junho de 2021, que aprova Normas para utilização dos laboratórios que atendem aos cursos de graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- h) Resolução CEPE-UEMS Nº 1.238, de 24 de outubro de 2012. Aprova o Regulamento do Comitê Docente Estruturante para os cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- i) Resolução CEPE-UEMS Nº 1.569, de 19 de outubro de 2015. Altera a Resolução Nº 1.238, do CEPE-UEMS, de 24 de outubro de 2012, que aprova o Regulamento do Comitê Docente Estruturante para os Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2015.
- j) Instrução Normativa PROE-UEMS Nº 007, de 8 de abril de 2014 - dispõe sobre as Diretrizes para elaboração de Relatório de Autoavaliação de Curso dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- k) Resolução CEPE-UEMS Nº 1.864, de 21 de junho de 2017. Homologa, com alteração, a Deliberação Nº 267, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 29 de novembro de 2016, que aprova o Regimento Interno dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- l) Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 289, de 30 de outubro de 2018. Aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- m) Resolução CEPE-UEMS Nº 2.071, de 27 de junho de 2019. Homologa, com alteração, a Deliberação Nº 289, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 30 de outubro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2019.
- n) Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 268, de 29 de novembro de 2016, aprova normas para elaboração, adequação e reformulação de projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- o) Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 304, de 30 de abril de 2020, altera a Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 268, de 29 de novembro de 2016, homologada pela Resolução CEPE n. 1.865, de 21 junho de 2017, que aprova as normas para elaboração, adequação e reformulação de projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UEMS.
- p) Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 309, de 30 de abril de 2020, aprova o Regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- q) Instrução Normativa Conjunta PROE-PROEC/UEMS Nº 01 de 21 de agosto de 2020, Regulamenta a Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 309, de 30 de abril de 2020 acerca da adequação dos projetos

pedagógicos para creditação da extensão nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

r) Deliberação CE/CEPE-UEMS N° 310, de 30 de abril de 2020. Aprova o Regulamento para a elaboração, execução e controle das Atividades Complementares de Ensino da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

s) Deliberação CE/CEPE-UEMS N° 312, de 30 de abril de 2020, dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

t) DELIBERAÇÃO CE/CEPE-UEMS N° 329, de 29 de junho de 2021. Dispõe sobre o Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão de Curso dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

u) Resolução CEPE-UEMS N° 2.329, de 4 de agosto de 2021. Homologa, com alteração, a Deliberação n° 329, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 29 de junho de 2021, que Dispõe sobre o Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão de Curso dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

14. REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nações Unidas, 217 (III) A, 1948, Paris, art. 1. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 6 set. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 mai. 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP no2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 46-49, 15 abr. 2020.

BRASIL. Fundação CAPES. **PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**, 2018. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>. Acesso em: ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP n° 02. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Brasília: CP, maio 2006.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

DIAS, J.; CERNY, R. Z.; BRUNETTA, A. A curricularização da extensão na formação de professores: os percursos da FAED/UDESC e CED/UFSC. **Formação em Movimento**, Rio de Janeiro, v.2, i.1, n.3. p. 275-286, jan./jun.2020.

- DUARTE, N. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. *In*: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- DUARTE, N. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 18, p. 35-40, 2001.
- FRANCHI, C. **Linguagem – Atividade Constitutiva**. Cadernos de Estudos Linguísticos, 22, p. 9-39, 1977.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Cortez, 2004.
- GARCIA, M. M. A.; FONSECA, M. S.; LEITE, V. C. Teoria e Prática na Formação de Professores: a prática como tecnologia do eu docente. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.29, n.03, p.233-264, set. 2013.
- GOMES, N. L. **Indagações sobre currículo: Diversidade e Currículo**. MEC, Brasília, DF, 2007.
- LEITE, C. H. B. **Manual de Direitos Humanos**. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522488605/cfi/4!/4/4@0.00:12.5>>. Acesso em 09 set. 2018.
- LUCKESI, J.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- ROSEMBERG, F. Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. **Cadernos Pagu**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 151-197, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a09.pdf> . Acesso em: 27. out. 2021.
- TAVARES, L. A. A questão da identidade de gênero e da orientação sexual: a necessidade da atuação da União, no exercício de sua competência educacional legislativa, para o tratamento coeso do assunto. *In*: RANIERI, N.B; ALVES, A.L.A. (org.) **Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar**. São Paulo: Cátedra Unesco de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2018.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados. 2008.
- SOUZA NETO, S.; SILVA, V. P. Prática como Componente Curricular. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 889-909, set./dez. 2014
- UEMS. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução CEPE-UEMS nº 2.204, de 4 de dezembro de 2020**. Homologa, com alteração, a Deliberação nº 309, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 30 abril de 2020, que aprova o Regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2020.
- VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1997.